

# ***Bonaire Participações S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2009 e de 2008*

*com Relatório da Administração e Parecer  
dos Auditores Independentes*

KPMG Auditores Independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

---

A Administração da Bonaire Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de Vossas Senhorias os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as respectivas demonstrações de resultados, as mutações do patrimônio líquido, a demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, notas explicativas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e o Parecer dos Auditores Independentes.

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, suas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de sua controlada, CPFL Energia.

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Auditores Independentes - Instrução CVM nº 381/2003:

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Bonaire Participações S.A., contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual não se prestou nenhum outro serviço não relacionado a essa auditoria.

Agradecemos todo o apoio recebido.

A administração

## BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

### Parecer dos auditores independentes

Aos

Acionistas e Administradores da  
Bonaire Participações S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Bonaire Participações S.A. (“Companhia”) e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório - que nos foi fornecido - foi emitido em 22 de janeiro de 2010, sem ressalvas. A Bonaire Participações S.A. avalia sua participação indireta na BAESA - Energética Barra Grande S.A. pelo método de equivalência patrimonial bem como consolida esse investimento indireto pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo desse investimento indireto é de R\$ 19.521 mil (R\$ 17.525 mil em 2008), e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento indireto no resultado do exercício é de R\$ 2.016 mil de ganho (R\$ 919 mil de ganho em 2008). As demonstrações financeiras dessa investida indireta incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos proporcionais de R\$ 44.983 mil em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 47.305 mil em 2008). Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento indireto, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da BAESA - Energética Barra Grande S.A.

As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Campos Novos Energia S.A. relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório - que nos foi fornecido - foi emitido em 22 de janeiro de 2010, sem ressalvas. A Bonaire Participações S.A. avalia sua participação indireta na Campos Novos Energia S.A. pelo método de equivalência patrimonial bem como consolida esse investimento indireto pelo método proporcional. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo desse investimento indireto é de R\$ 42.364 mil, e o resultado da equivalência patrimonial desse investimento no resultado do exercício é de R\$ 9.541 mil de ganho. As demonstrações financeiras dessa investida indireta incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentam ativos proporcionais de R\$ 94.873 mil em 31 de dezembro de 2009. Nosso relatório, no que se refere aos saldos e valores relacionados a esse investimento indireto, está fundamentado exclusivamente no parecer dos auditores independentes da Campos Novos Energia S.A.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes sobre os saldos decorrentes das referidas investidas indiretas, conforme mencionado nos parágrafos 2 e 3, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme detalhado na Nota Explicativa 3 (c.5) às demonstrações financeiras, em decorrência do reajuste tarifário de 2009, previsto no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o componente financeiro relacionado à sobrecontratação das controladas indiretas Companhia Piratininga de Força e Luz e Companhia Paulista de Força e Luz. Os possíveis efeitos decorrentes dos reajustes definitivos, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em exercícios subsequentes.

Campinas, 19 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça  
Contador CRC 1SP125991/O-0

## BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionada de outra forma)**

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Sociedade”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, tendo por objeto social a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A., bem como das empresas em que a CPFL Energia S.A. participa como quotista ou acionista.

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade detinha as seguintes participações:

- a) Participação direta

#### CPFL Energia S.A.

A CPFL Energia (“CPFL Energia”), é uma *holding* que tem como objetivo participar no capital de outras sociedades dedicadas, primariamente, a distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade tem 12,65% do capital total da CPFL Energia.

#### Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A.

Em 22 de março de 2002 foi assinado acordo entre os acionistas da CPFL Energia S.A.: Bonaire Participações S.A., 521 Participações S.A. e VBC Energia S.A., objetivando assegurar e regular o exercício do controle da CPFL Energia e de suas controladas. Por meio de tal acordo os acionistas obrigaram-se a manter em conjunto, a titularidade de um bloco de ações que lhes garanta, de modo permanente, a maioria dos votos dos administradores e conselheiros fiscais da CPFL Energia e, por intermédio desta, o controle de suas controladas.

Em 27 de agosto de 2002 foi assinado o primeiro termo aditivo e, dentre outras alterações, destacam-se: (i) no caso de mudanças, direta ou indireta, do controle societário de qualquer parte, as demais partes terão o direito de adquirir todas as ações vinculadas pertencentes, direta ou indiretamente, à parte ofertante pelo valor econômico. No caso da Bonaire Participações S.A. e da 521 Participações S.A., cujos controles societários são detidos por Fundos de Investimentos, a saber: Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações (Bonaire) e Fundo de Investimento em Ações BB Carteira Livre I, Fundo de Investimento Financeiro BB Renda Fixa IV (521 Participações S.A.), as disposições desta cláusula são aplicáveis a qualquer mudança que implique que terceiro(s) passe(m) a ser(em) titular(es) da maioria absoluta de suas quotas; e (ii) obrigação de realização de reunião para aprovação do Conselho de Administração de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R\$ 20 milhões, ainda que se refiram a despesas previstas no Orçamento Anual ou no Plano Quinquenal de Negócios.

Em 5 de novembro de 2003, foi assinado o segundo termo aditivo, em que se destaca a mudança da quantidade de ações vinculadas ao acordo com o aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da CPFL Energia em reunião realizada em 20 de outubro de 2003.

Em 06 de dezembro de 2007, foi assinado o terceiro termo aditivo e, dentre outras alterações, destacam-se: (i) a mudança da quantidade de ações vinculadas ao acordo em decorrência do grupamento de ações da CPFL Energia e dos processos de incorporação de ações das controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da CPFL Energia e de suas Controladas e Coligadas; (iii) alteração da estrutura dos comitês de assessoria à Companhia, conforme Modelo de Governança Corporativa aprovado em Reunião do Conselho de

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	(nota)	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b>CIRCULANTE</b>					
Disponibilidades	(4)	280.440	188.258	466.811	281.603
Consumidores, concessionários e permissionários	(5)	-	-	232.792	217.727
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(12)	82.866	76.667	-	-
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	-	4.966	4.839
Tributos a compensar	(7)	-	-	24.161	22.050
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8)	-	-	(10.371)	(10.432)
Despesas pagas antecipadamente	(9)	-	-	15.698	12.889
Créditos fiscais diferidos	(10)	-	-	20.593	27.850
Estoques		-	-	2.196	1.973
Diferimento de custos tarifários	(3)	-	-	42.104	80.742
Derivativos	(32)	-	-	101	4.620
Outros créditos	(11)	5	5	18.356	14.024
Total do ativo circulante		<u>363.311</u>	<u>264.930</u>	<u>817.407</u>	<u>657.885</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionários	(5)	-	-	28.631	36.200
Depósitos judiciais	(21)	-	-	82.802	75.903
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	-	10.100	12.244
Tributos a compensar	(7)	19.545	15.866	33.463	28.763
Créditos fiscais diferidos	(10)	-	-	141.405	143.302
Diferimento de custos tarifários	(3)	-	-	5.416	19.917
Despesas pagas antecipadamente	(9)	-	-	8.122	12.551
Derivativos	(32)	-	-	997	50.209
Outros créditos	(11)	-	-	20.338	28.000
		<u>19.545</u>	<u>15.866</u>	<u>331.274</u>	<u>407.089</u>
Investimentos	(12)	643.043	634.905	13.258	13.106
Imobilizado	(13)	-	-	947.207	836.781
Intangível	(14)	-	-	323.157	341.594
Diferido		-	-	1.908	2.598
		<u>643.043</u>	<u>634.905</u>	<u>1.285.530</u>	<u>1.194.079</u>
Total do ativo não circulante		<u>662.588</u>	<u>650.771</u>	<u>1.616.804</u>	<u>1.601.168</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.025.899</u>	<u>915.701</u>	<u>2.434.211</u>	<u>2.259.053</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

PASSIVO	(notas)	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	(15)	-	-	129.211	124.276
Encargos de dívidas	(16)	-	-	3.358	3.679
Encargos de debêntures	(17)	-	-	12.813	12.918
Empréstimos e financiamentos	(16)	-	-	88.206	66.186
Tributos e contribuições sociais	(20)	-	-	61.987	57.595
Provisões para contingências	(21)	-	-	-	2
Debêntures	(17)	-	-	63.132	73.385
Débitos fiscais diferidos		-	-	286	1.148
Derivativos	(15)	-	-	887	6.761
Obrigações estimadas		-	-	6.404	5.850
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(23)	118.787	113.488	122.477	116.786
Entidade de previdência privada	(18)	-	-	5.628	5.578
Taxas regulamentares	(19)	-	-	7.970	11.899
Diferimento de ganhos tarifários	(3)	-	-	39.656	20.984
Outras contas a pagar	(22)	-	7	73.965	66.412
Total do passivo circulante		<u>118.787</u>	<u>113.495</u>	<u>615.980</u>	<u>573.459</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	(15)	-	-	5.396	10.793
Encargos de dívidas	(16)	-	-	7.898	9.375
Empréstimos e financiamentos	(16)	-	-	444.712	485.404
Debêntures	(17)	-	-	348.050	256.422
Débitos fiscais diferidos		-	-	554	284
Entidade de previdência privada	(18)	-	-	53.813	64.292
Tributos e contribuições sociais	(20)	-	-	207	532
Provisões para contingências	(21)	-	-	4.830	13.618
Diferimento de ganhos tarifários	(3)	-	-	13.750	5.159
Derivativos	(32)	-	-	720	122
Outras contas a pagar	(22)	6	-	20.436	26.212
Total do passivo não circulante		<u>6</u>	<u>-</u>	<u>900.366</u>	<u>872.213</u>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS</b>					
<b>NÃO CONTROLADORES</b>				<u>10.759</u>	<u>11.175</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital realizado	(23)	694.576	694.576	694.576	694.576
Reserva de lucros		212.530	107.630	212.530	107.630
Lucros acumulados		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		<u>907.106</u>	<u>802.206</u>	<u>907.106</u>	<u>802.206</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>1.025.899</u>	<u>915.701</u>	<u>2.434.211</u>	<u>2.259.053</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
 FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	(notas)	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2.009	2008
<b>RECEITAS</b>	(24)				
Fornecimento de energia elétrica		-	-	940.472	846.569
Suprimento de energia		-	-	151.696	119.974
Outras receitas		-	-	893.171	851.647
		-	-	1.985.339	1.818.190
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>					
ICMS		-	-	(330.602)	(308.768)
PIS		-	-	(31.513)	(29.511)
COFINS		-	-	(145.333)	(135.912)
ISS		-	-	(459)	(376)
Reserva global de reversão		-	-	(6.725)	(6.129)
Conta Consumo de Combustível - CCC		-	-	(61.287)	(46.233)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE		-	-	(55.546)	(51.740)
Programa de P&D e Eficiência Energética		-	-	(12.625)	(11.640)
PROINFA		-	-	(4.539)	(3.029)
Encargos emergenciais (ECE/EAAE)		-	-	(9)	-
		-	-	(648.638)	(593.338)
Receita líquida		-	-	1.336.701	1.224.852
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>					
Custo com energia elétrica	(25)	-	-	(678.039)	(602.659)
Energia comprada para revenda		-	-	(148.200)	(114.338)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	(826.239)	(716.997)
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>					
Pessoal e encargos		-	-	(41.084)	(37.792)
Material consumido		-	-	(7.161)	(6.536)
Entidade de previdência privada	(18)	-	-	(465)	10.646
Depreciação e amortização		-	-	(44.665)	(42.989)
Serviços contratados		-	-	(19.616)	(17.094)
Outros custos de operações		-	-	(6.369)	(6.709)
		-	-	(119.360)	(100.474)
Custo do serviço prestado a terceiros		-	-	(682)	(943)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		-	-	390.420	406.438
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	(26)				
Despesas com vendas		-	-	(32.274)	(31.180)
Despesas gerais e administrativas		(1.355)	(1.122)	(49.946)	(49.850)
Outras despesas operacionais		-	-	(7.421)	(6.705)
Amortização do intangível de concessão		-	-	(23.645)	(24.294)
		(1.355)	(1.122)	(113.286)	(112.029)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		(1.355)	(1.122)	277.134	294.409
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	(12)	163.326	161.388	574	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(27)				
Receitas financeiras		25.783	35.369	73.477	93.884
Despesas financeiras		-	-	(87.662)	(110.931)
Despesa de juros sobre o capital próprio		(27.800)	(36.820)	(27.909)	(36.820)
		(2.017)	(1.451)	(42.094)	(53.867)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		159.954	158.815	235.614	240.542
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS, ITEM EXTRAORDINÁRIO E PARTICIPAÇÕES</b>		159.954	158.815	235.614	240.542
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social	(10)	-	-	(62.581)	(84.294)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10)	-	-	(11.339)	3.803
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES E DA REVERSÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>		159.954	158.815	161.694	160.051
(-) Participação de acionistas não controladores		-	-	(1.849)	(1.236)
(-) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio		27.800	36.820	27.909	36.820
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		187.754	195.635	187.754	195.635
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO</b>		66.728.878	66.728.878		
<b>LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		2,81	2,93		

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros a realizar	Lucros para expansão		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	527.605	35.484	26.029	-	(546)	588.572
Dividendos pagos a maior					(2)	(2)
Aumento de capital						
De Terceiros	131.487	-	-	-	-	131.487
Reserva legal	35.484	(35.484)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	195.635	195.635
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	9.782	-	-	(9.782)	-
Reserva de lucros para expansão	-	-	-	71.819	(71.819)	-
Juros sobre o capital próprio deliberados	-	-	-	-	(36.820)	(36.820)
Dividendos deliberados	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	(76.666)	(76.666)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	694.576	9.782	26.029	71.819	-	802.206
Ajuste de exercícios anteriores					12	12
Reserva de lucros para expansão				12	(12)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	187.754	187.754
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	9.388	-	-	(9.388)	-
Reserva de lucros para expansão	-	-	-	95.500	(95.500)	-
Juros sobre o capital próprio deliberados	-	-	-	-	-	-
Dividendos deliberados	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	(82.866)	(82.866)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	694.576	19.170	26.029	167.331	-	907.106

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>1 - Receitas</b>	-	-	2.122.885	1.943.840
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços			1.985.339	1.818.190
1.2 Receitas relativas à construção de ativos próprios			142.143	130.379
1.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(4.586)	(4.628)
1.4 Provisão para Perdas na Realização de Ativos Regulatórios			(11)	(101)
<b>2- (-) Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(1.333)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>(1.132.668)</b>	<b>(997.691)</b>
2.1 Custo com Energia Elétrica			(911.681)	(791.080)
2.2 Material			(74.229)	(72.257)
2.3 Serviços de Terceiros	(1.333)	(1.122)	(103.789)	(94.837)
2.4 Outros			(42.369)	(38.668)
2.5 Custo do Serviço Prestado a Terceiros			(600)	(849)
<b>3- Valor Adicionado Bruto (1+2)</b>	<b>(1.333)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>990.217</b>	<b>946.149</b>
<b>4- Retenções</b>	-	-	<b>(75.716)</b>	<b>(74.325)</b>
4.1 Depreciação e Amortização			(52.071)	(50.031)
4.2 Amortização de Ágio			(23.645)	(24.294)
<b>5- Valor Adicionado líquido Gerado (3+4)</b>	<b>(1.333)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>914.501</b>	<b>871.824</b>
<b>6- Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>189.109</b>	<b>196.757</b>	<b>75.625</b>	<b>96.341</b>
6.1 Receitas Financeiras	25.783	35.369	76.900	97.577
6.2 Equivalência Patrimonial	163.326	161.388	574	-
6.3 Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(1.849)	(1.236)
<b>7- Valor Adicionado a Distribuir (5+6)</b>	<b>187.776</b>	<b>195.635</b>	<b>990.126</b>	<b>968.165</b>
<b>8- Distribuição do Valor Adicionado</b>				
8.1 Pessoal e Encargos	-	-	66.599	52.657
8.1.1 Remuneração Direta			44.719	45.774
8.1.2 Benefícios			18.061	2.884
8.1.3 F.G.T.S.			3.819	3.999
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	22		640.538	601.798
8.2.1 Federais	22		308.673	291.881
8.2.2 Estaduais			330.843	309.007
8.2.3 Municipais			1.022	910
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros			95.235	118.076
8.3.1 Juros			94.006	117.008
8.3.2 Aluguéis			1.229	1.194
8.3.3 Outras			-	(126)
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	187.754	195.635	187.754	195.634
8.4.1 Dividendos	82.866	76.668	82.866	76.666
8.4.2 Juros sobre o Capital Próprio	-	36.820	-	36.820
8.4.2 Lucros retidos	104.888	82.147	104.888	82.148
	<b>187.776</b>	<b>195.635</b>	<b>990.126</b>	<b>968.165</b>

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>				
Lucro Líquido do exercício incluindo CSLL E IRPJ	187.754	195.635	261.673	276.126
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	1.849	1.236
Depreciação e Amortização	-	-	72.759	71.469
Provisão para Contingências	-	-	(292)	(2.136)
Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	(1.485)	(855)	69.634	84.197
Ganho com Plano de Pensão	-	-	465	(10.646)
Equivalência Patrimonial	(163.326)	(161.388)	(574)	-
Perdas (Ganhos) na Baixa de não circulante	-	26	2.033	3.872
PIS e COFINS Diferidos	-	-	1.577	(1.641)
Outros	-	-	-	170
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(7.557)	1.575
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	149.000	167.052	149.000	167.052
Tributos a Compensar	(2.244)	(4.402)	(1.120)	196
Diferimento de Custos Tarifários	-	-	53.139	(7.252)
Depósitos Judiciais	-	-	(1.188)	(6.392)
Outros Ativos - Sobrecontratação de energia	-	-	(234)	1.497
Outros Ativos Operacionais	-	-	852	3.825
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>				
Fornecedores	-	-	(558)	25.236
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(65.980)	(94.772)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	50	-	6.618	(6.415)
Diferimento de Ganhos Tarifários	-	-	27.263	(11.611)
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-	-	(9.589)	(10.638)
Encargos de Dívidas Pagos	-	-	(65.957)	(68.870)
Taxas Regulamentares	-	-	(3.929)	3.208
Outros Passivos - Sobrecontratação de energia	-	-	(5.257)	7.459
Revisão tarifária	-	-	6.903	4.389
Outros Passivos Operacionais	-	-	(15.356)	2.426
<b>CAIXA ORIUNDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>169.749</b>	<b>196.068</b>	<b>476.174</b>	<b>433.560</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Aquisição de participações societárias (líquido de disponibilidade adquirida)	-	-	-	-
Redução (Aumento) de Capital	-	-	(3.611)	(184)
Aquisições de Imobilizado	-	-	(156.075)	(138.918)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.757	9.367
Contratos Pré-compra de Energia	-	-	(3.590)	(624)
Acréscimo de Obrigações Especiais	-	-	7.760	7.277
Adições de Intangível - outros	-	-	(11.806)	(10.098)
Adições ao Diferido	-	-	-	-
Venda de Ativo não circulante	-	-	1.648	3.583
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(157.917)</b>	<b>(129.597)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Captação de Empréstimos e Debêntures	-	-	322.694	274.721
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-	-	(229.101)	(262.324)
Contratos de Pré Venda de Energia	-	-	-	254
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital social	-	-	-	-
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(77.567)	(212.765)	(226.642)	(380.199)
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-	-	-	274
Outros	-	-	-	-
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(77.567)</b>	<b>(212.765)</b>	<b>(133.049)</b>	<b>(367.274)</b>
<b>SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>188.258</b>	<b>204.955</b>	<b>281.603</b>	<b>344.914</b>
<b>SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>280.440</b>	<b>188.258</b>	<b>466.811</b>	<b>281.603</b>

Administração de 27 de setembro de 2006; e (iv) atualização dos endereços para envio de comunicação às partes signatárias.

b) Participações indiretas (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes)

b.1) Atividades de distribuição

#### Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3,5 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A controlada direta CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

#### Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica; atua principalmente na distribuição de energia para aproximadamente 1,4 milhão de consumidores em 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiá. Seu prazo de concessão se encerra em 2028 podendo ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A controlada direta CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

#### Companhia Luz e Força Santa Cruz

A Companhia Luz e Força Santa Cruz (“CPFL Santa Cruz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná atendendo a aproximadamente 177 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Ourinhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. A controlada direta CPFL Energia detém 99,99% do capital social da CPFL Santa Cruz.

#### Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. (“RGE”) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica que atua principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 1,2 milhão de consumidores, em 262 municípios das regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo ser estendido por período adicional de no máximo 30 anos. A controlada direta CPFL Energia detém 100% do capital social da RGE .

#### Companhia Leste Paulista de Energia

A Companhia Leste Paulista de Energia (“CPFL Leste Paulista”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 7 municípios: São José do Rio Pardo, Casa Branca, Caconde, Divinolândia, Itobi, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 50 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Leste Paulista, a controlada direta CPFL Energia passou a deter diretamente 95,92% do capital social da CPFL Leste Paulista (para maiores detalhes vide nota 12).

#### Companhia Jaguari de Energia

A Companhia Jaguari de Energia (“CPFL Jaguari”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 32 mil consumidores. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Jaguari, a controlada direta CPFL Energia passou a deter diretamente 87,27% do capital social da CPFL Jaguari (para maiores detalhes vide nota 12).

#### Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia (“CPFL Sul Paulista”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 5 municípios: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 70 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Sul Paulista, a controlada direta CPFL Energia passou a deter diretamente 86,73% do capital social da CPFL Sul Paulista (para maiores detalhes vide nota 12).

#### Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa (“CPFL Mococa”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa localizado no Estado de São Paulo e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 40 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Mococa, a controlada direta CPFL Energia passou a deter diretamente 86,73% do capital social da CPFL Mococa (para maiores detalhes vide nota 12).

b.2) Atividades de geração (Informações sobre potência – MWh – não examinada pelos auditores independentes)

#### CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público e com participação no capital social de outras sociedades. Detém 19 pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s) e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 118,7 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão se encerra em 2027 podendo ser prorrogada por período adicional de 30 anos. Possui ainda parte dos ativos do Aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Estes ativos foram arrendados a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos iniciado em 1998, que assegurou a controlada indireta CPFL Geração as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios). A controlada indireta CPFL Geração, também detém a concessão e os respectivos ativos da PCH Ponte do Silva, com potência total de 125 kW, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. A controlada direta CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Geração.

#### CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (“CPFL Sul Centrais Elétricas”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, detentora de quatro PCH’s localizadas no estado do Rio Grande do Sul. A

potência destas quatro PCH's é de 2,65 MW e a energia assegurada é de 2,45 MW médios. A controlada indireta CPFL Geração detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Sul Centrais Elétricas.

#### BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA – Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande (localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 25,01% do capital social da controlada indireta BAESA.

#### Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina. O início das operações comerciais ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a última turbina em maio. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 48,72% do capital total da controlada indireta ENERCAN.

#### CERAN – Companhia Energética Rio das Antas

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho (localizada no Estado do Rio Grande do Sul) cuja potência instalada prevista é de 360 MW. A UHE de Monte Claro iniciou suas operações em dezembro de 2004, a UHE Castro Alves em março de 2008 e a UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém 65,00% do capital social da controlada indireta CERAN.

#### Paulista Lajeado Energia S.A.

A Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica. A Paulista Lajeado possui 6,93% da concessão compartilhada da UHE Luis Eduardo Magalhães – Lajeado, cuja potência instalada é de 902,5 MW. A Paulista Lajeado possui ainda 5,93% de participação no capital total da Investco S.A. (“Investco”), que detém os ativos referentes à UHE. Através de contrato de arrendamento esses ativos foram arrendados aos acionistas controladores proporcional as respectivas participações no consórcio, dando-lhes o direito a respectiva parcela da energia assegurada da usina. A parcela referente a participação da Paulista Lajeado (6,93%) é negociada com as controladas indiretas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A concessão se encerra em 2032, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta Jaguari Geração detém 59,93% do capital social da controlada indireta Paulista Lajeado.

#### **Sociedades em desenvolvimento:**

A controlada indireta em conjunto CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração de energia por meio hidráulico, biomassa, bem como proveniente de fonte eólica, cuja totalidade da energia assegurada estará disponível até 2012, aumentando a sua capacidade instalada, proporcionalmente a sua participação, para 2.471 MW. Esta capacidade somada à capacidade instalada da subsidiária indireta Paulista Lajeado e ao empreendimento em desenvolvimento da CPFL Bio

Formosa S.A. assegurarão uma capacidade instalada total de 2.202 MW no consolidado. Esses empreendimentos são:

#### Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja potência instalada, prevista no contrato de concessão, será de 855 MW. As obras foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial é prevista para 2010. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada indireta CPFL Geração detém indiretamente 51,00% do capital social da Foz do Chapecó.

#### CPFL Bioenergia S.A.

A CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto principal a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d’água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha. Em 18 de agosto de 2008 a CPFL Bioenergia assinou um contrato de parceria com a Baldin Bioenergia que prevê a construção de uma Usina Termoelétrica de 45 MW movida a bagaço de cana localizada em Pirassununga, no estado de São Paulo. A entrada em operação está prevista para março de 2010. A controlada indireta CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Bioenergia.

#### Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara I”), Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara II”), Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara III”), Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara IV”), Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara V”), Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. (“Santa Clara VI”), e Eurus VI Energias Renováveis Ltda. (“Eurus VI”) (em conjunto denominadas “eólicas”)

São sociedades de quotas de responsabilidade limitada, adquiridas pela controlada indireta CPFL Geração em 09 de setembro de 2009, para investirem e atuarem como produtores independentes de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, com um potencial previsto de 188 MW, a ser instalado no Estado do Rio Grande do Norte. A entrada em operação destes parques eólicos está prevista para julho de 2012.

Em 14 de dezembro de 2009 as controladas indiretas acima mencionadas, comercializaram 76 MW médios no Leilão de Energia de Reserva nº 03/2009, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), destinado a comercialização de energia proveniente apenas de fonte eólica. Os contratos serão assinados com a CCEE, por um período de 20 anos, com início a partir de julho de 2012. A controlada indireta CPFL Geração detém 100% do capital social das eólicas.

#### Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (controlada em conjunto)

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”) é uma sociedade por ações de capital fechado, adquirida pela controlada indireta CPFL Geração em 15 de setembro de 2009, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoelétricas, denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada prevista é de 170,8 MW cada. As obras foram iniciadas em 2009 e a entrada em operação destas usinas está prevista para o terceiro trimestre de 2010. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica. Em outubro de 2009 a EPASA protocolou junto a ANEEL pedido de transferência dos direitos e obrigações relacionados a “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste” que perante àquela agência encontram-se em nome da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA. A controlada indireta CPFL Geração detém 51% do capital social da EPASA.

#### CPFL Bio Formosa S.A.

A CPFL Bio Formosa S.A. (“CPFL Bio Formosa”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de outubro de 2009 com o propósito principal de geração de energia elétrica térmica e vapor d’água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha. Em 06 de novembro de 2009 a CPFL Bio Formosa assinou um contrato de parceria com a Usina Baía Formosa, do Grupo Farias, que prevê a construção de uma Usina Termoeletrica de 40 MW movida a bagaço de cana localizada na cidade de Baía Formosa no Estado Rio de Grande do Norte. A entrada em operação está prevista para julho de 2011. A controlada indireta CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Bio Formosa.

#### b.3) Atividades de Comercialização e Serviços

##### CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A CPFL Energia detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Brasil.

##### CPFL Planalto Ltda

A CPFL Planalto Ltda (“CPFL Planalto”) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Planalto, a CPFL Energia passou a deter diretamente 100% do capital social da controlada indireta CPFL Planalto (para maiores detalhes vide nota 12).

##### CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A (“CPFL Serviços”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral e a prestação de serviços de manutenção, instalação elétrica e outros. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Serviços, a CPFL Energia passou a deter diretamente 87,82% do capital social da controlada indireta CPFL Serviços (para maiores detalhes vide nota 12).

##### CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda

A CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda (“CPFL Atende”), é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, que tem por objeto a prestação de serviços de teleatendimento em geral, especialmente de atendimento ao consumidor devendo ser realizadas atividades próprias de centros de recepção de chamadas e respostas a chamadas de clientes para atendimento com operadores humanos e atendimento eletrônico – URA. O objetivo inicial é a prestação de serviços para as empresas do grupo e no futuro para demais empresas. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Atende.

##### Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada com o propósito de comercializar energia elétrica e serviços de consultoria na área de energia. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de

energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada indireta CPFL Brasil detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Meridional.

#### CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada indireta CPFL Brasil detém 100% do capital social da controlada indireta CPFL Cone Sul.

#### Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. A controlada indireta CPFL Brasil detem 99,95% do capital social da Sul Geradora.

#### b.4) Outras Empresas

##### Chumpitaz Participações S.A.

A Chumpitaz Participações S.A. (“Chumpitaz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente não possui participação. A controlada CPFL Energia detém 100% do capital social da Chumpitaz.

##### CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. (“CPFL Jaguariúna”), é uma sociedade por ações de capital fechado que atuava como holding, até março de 2009 (para maiores detalhes vide nota 12). A controlada CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Jaguariúna.

##### Companhia Jaguari de Geração de Energia

A Companhia Jaguari de Geração de Energia (“Jaguari Geração”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo de exploração da geração, distribuição e comércio de energia elétrica. Após as reestruturações societárias ocorridas na CPFL Jaguari Geração, a controlada CPFL Energia passou a deter diretamente 87,34% de seu capital social (para maiores detalhes vide nota 12).

### Chapecoense Geração S.A. (controlada em conjunto)

A Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que detém a participação integral da Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”). A controlada indireta CPFL Geração detém 51% do capital social da Chapecoense.

O quadro abaixo demonstra a participação que a Bonaire detém em cada controlada indireta em conjunto em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

<u>Empresas controladas em conjunto</u>	<u>Participações indiretas</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b>Distribuição de Energia:</b>		
CPFL Paulista	12,65	12,65
CPFL Piratininga	12,65	12,65
RGE	12,65	12,65
CPFL Santa Cruz	12,65	12,65
CPFL Leste Paulista	12,14	12,22
CPFL Sul Paulista	10,97	11,11
CPFL Jaguari	11,04	11,40
CPFL Mococa	10,97	11,35
<b>Geração de Energia:</b>		
CPFL Geração	12,65	12,65
CPFL Sul Centrais Elétricas	12,65	12,65
CERAN	8,22	8,22
Fóz do Chapecó	6,45	6,45
ENERCAN	6,16	6,16
BAESA	3,16	3,16
Paulista Lajeado	6,62	6,83
Santa Clara I	12,65	-
Santa Clara II	12,65	-
Santa Clara III	12,65	-
Santa Clara IV	12,65	-
Santa Clara V	12,65	-
Santa Clara VI	12,65	-
Eurus VI	12,65	-
CPFL Bio Formosa	12,65	-
CPFL Bioenergia	12,65	-
EPASA	6,45	-
<b>Comercialização de Energia:</b>		
CPFL Brasil	12,65	12,65
CPFL Meridional	12,65	12,65
Sul Geradora	12,64	12,64
CPFL Cone Sul	12,65	12,65
CPFL Planalto	12,65	12,65
CPFL Serviços	11,11	11,36
CPFL Atende	12,65	12,65
<b>Empresas de Participação</b>		
Perácio	-	12,65
CPFL Jaguariúna	12,65	12,65
Makelele	-	12,65
Jaguari Geração	11,05	11,40
Chumpitaz	12,65	12,65

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 (conversão da Medida Provisória nº 449/08), (ii) segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, (iii) em conformidade com as normas definidas pela ANEEL, e (iv) tendo como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e vigentes em 31 de dezembro de 2009.

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, suas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas de sua controlada em conjunto CPFL Energia S.A.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 19 de março de 2010.

### 2.1 Sumário das principais práticas contábeis.

- a) **Disponibilidades:** Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registrados aos respectivos valores de mercado.
- b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
- c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.
- d) **Arrendamento Mercantil Financeiro:** Incluem operações de arrendamento onde transfere o direito de uso de ativos para o arrendatário, incluindo a transferência substancial dos riscos e benefícios. Os ativos relacionados ao contas a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo valor do investimento realizado e os respectivos ganhos são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo do contrato.
- e) **Investimentos:** As participações em controladas em conjunto diretas e indiretas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável.
- f) **Imobilizado:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Sociedade os benefícios, os riscos e o controle desses bens (operações de arrendamento mercantil financeiro).

Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

- g) **Intangível:** Inclui os direitos vque tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível correspondente ao direito de exploração da concessão, com a vida útil definida, é amortizado proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

Os demais ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.

- h) **Diferido:** O ativo diferido refere-se basicamente às despesas pré-operacionais constituídas até 31 de dezembro de 2008, e são amortizadas linearmente pelo período estimado de recuperação não superior a 10 anos. As controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua total realização.

- i) **Redução ao valor recuperável:** Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio (*goodwill*) e os demais ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independente de haver indicadores de perda de valor.

- j) **Atualizações de Direitos e Obrigações:** Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.

- k) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. As controladas indiretas em conjunto registraram, também, créditos fiscais referente ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida.

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 11.941/09, que institui o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, a Sociedade e suas controladas diretas e indiretas optaram por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicou-se ao biênio 2008 – 2009, de forma irreatável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

- l) **Planos de Aposentadoria e Pensão:** As controladas indiretas em conjunto incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.
- m) **Provisão para Contingências:** As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.
- n) **Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:** Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo, e registrados ao respectivo valor de mercado quando classificado como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.
- o) **Derivativos:** São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.
- p) **Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base, a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, o qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.
- q) **Estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Sociedade e suas controladas diretas e indiretas em conjunto se baseiem em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas revisam as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.
- r) **Lucro líquido por ação:** É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

## **2.2 Critérios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 abrangem os saldos e as transações da Bonaire e de sua controlada em conjunto CPFL Energia, consolidados proporcionalmente à participação da Bonaire.

Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da controlada em conjunto CPFL Energia são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, de acordo com as determinações da Instrução CVM nº 247/96.

A parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e no resultado do exercício. Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados, proporcionalmente à participação no capital social:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas significativas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade, em conformidade com a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 (conversão da Medida Provisória nº 449/08).

## **2.3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”)**

Em consonância com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e com a Deliberação CVM 457/07, durante o exercício de 2009, o CPC emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações contábeis que têm por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”). Estes novos Pronunciamentos aplicam-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Até 31 de dezembro de 2008, a CVM havia aprovado os Pronunciamentos CPCs 01 a 14 e Orientações OCPCs 01 e 02, os quais foram integralmente analisados e contemplados pela Sociedade e suas controladas direta e indiretas.

Os demais Pronunciamentos, Interpretações e Orientações aprovados pela CVM em 2009 estão, atualmente, em fase de análise pela Sociedade e suas controladas direta e indiretas. O resultado preliminar de tal análise indica que as normas que impactariam as Demonstrações Financeiras Consolidadas com maior relevância são:

- i. ICPC 01 – Contratos de Concessão: Esta Interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento preliminar da controlada CPFL Energia é que esta Interpretação é aplicável às concessões do serviço de distribuição de energia elétrica. O impacto mais provável nas Demonstrações Financeiras será a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e de

Obrigações Especiais para (a) o Ativo Intangível referente ao direito da cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da concessão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando o direito incondicional da controlada CPFL Energia de recebimento de caixa.

Devido à complexidade destas mudanças, a Sociedade e suas controladas estão avaliando os impactos da aplicação da Interpretação em suas Demonstrações Financeiras; além disso, têm participado de discussões e debates com outros agentes do setor elétrico, órgãos reguladores e associações de classes.

Desta forma, a Sociedade e suas controladas avaliam que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção da Interpretação ICPC 01.

- ii. CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Este Pronunciamento define diretrizes e requisitos mínimos para estrutura, conteúdo e apresentação das demonstrações contábeis. A controlada CPFL Energia e suas controladas estão realizando análises sobre eventuais impactos deste pronunciamento, principalmente quanto à alteração de peças contábeis, como por exemplo a inclusão de “Outros Resultados Abrangentes” nas Demonstrações do Resultado e da Mutação do Patrimônio Líquido e a segregação da parcela de acionistas controladores e não-controladores nestas peças.
- iii. CPC 27 – Imobilizado: Este Pronunciamento estabelece os principais pontos a serem considerados na contabilização de um ativo imobilizado, incluindo a composição dos custos e métodos permitidos para o cálculo da depreciação. A controlada CPFL Energia e suas controladas analisam também a Interpretação ICPC 10 “Entendimento sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28” e os possíveis impactos sobre o saldo de Ativo Imobilizado na data de transição.
- iv. CPC 33 – Benefícios a Empregados: Este Pronunciamento trata da contabilização e da divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Devido à complexidade do tratamento contábil previsto pela norma, a Sociedade e suas controladas estão analisando as melhores alternativas de contabilização, conforme rege o Pronunciamento.

### 3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Sumário dos ativos e passivos regulatórios registrados nas controladas indiretas em conjunto:

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
<b>ATIVOS</b>				
<b><u>Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)</u></b>				
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária (a)	-	41	-	-
Energia livre (a)	444	58	5	18
Descontos TUSD e geradoras	1.435	4.366	178	943
Outros componentes financeiros	23	847	2	46
	<b><u>1.902</u></b>	<b><u>5.312</u></b>	<b><u>185</u></b>	<b><u>1.007</u></b>
<b><u>Diferimento de custos tarifários</u></b>				
Parcela "A"	163	29.687	-	208
CVA	41.941	51.055	5.416	19.709
	<b><u>42.104</u></b>	<b><u>80.742</u></b>	<b><u>5.416</u></b>	<b><u>19.917</u></b>
<b><u>Despesas pagas antecipadamente (Nota 9)</u></b>				
Majoração de PIS e COFINS	33	33	-	-
Sobrecontratação	9.765	5.449	2.927	7.009
Subvenção Baixa renda- Perdas	3.546	5.193	4.238	4.217
Outros componentes financeiros	1.303	1.230	126	27
	<b><u>14.647</u></b>	<b><u>11.905</u></b>	<b><u>7.291</u></b>	<b><u>11.253</u></b>
<b>PASSIVOS</b>				
<b><u>Fornecedores (nota 15)</u></b>				
Energia livre (a)	<b><u>(7.760)</u></b>	<b><u>(3.696)</u></b>	=	=
<b><u>Diferimento de ganhos tarifários</u></b>				
Parcela "A" (a)	(5.619)	(1.943)	-	-
CVA (c)	(34.037)	(19.041)	(13.750)	(5.159)
	<b><u>(39.656)</u></b>	<b><u>(20.984)</u></b>	<b><u>(13.750)</u></b>	<b><u>(5.159)</u></b>
<b><u>Outras contas a pagar (Nota 22)</u></b>				
Revisão Tarifária	(11.292)	(4.306)	-	(83)
Descontos TUSD e Irrigação	(122)	(95)	(3)	(6)
Majoração de PIS/COFINS	(15.534)	(15.800)	-	-
Sobrecontratação	(2.219)	(7.476)	-	-
Subvenção baixa renda - Ganhos	(760)	(1.656)	-	(8)
Outros Componentes Financeiros	(1.296)	(2.097)	(241)	(76)
	<b><u>(31.223)</u></b>	<b><u>(31.430)</u></b>	<b><u>(244)</u></b>	<b><u>(173)</u></b>
<b>Total líquido</b>	<b><u>(19.986)</u></b>	<b><u>41.850</u></b>	<b><u>(1.102)</u></b>	<b><u>26.845</u></b>

#### a) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A"):

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado um acordo entre os geradores, distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") rurais e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas indiretas em conjunto:

### **a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”)**

Corresponde à perda de receita apurada a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia.

Em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE, as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga em 2007, reconheceram perdas no montante de R\$ 14.657 e R\$ 4.583 (proporcionais a participação da Bonaire), respectivamente, registrando a baixa do contas a receber e da provisão de perdas de RTE.

O prazo estipulado para a recuperação da RTE da controlada CPFL Sul Paulista terminou em janeiro de 2009 sendo que o total da perda foi de R\$ 336 (proporcionais a participação da Bonaire), sem impacto no resultado de 2009, pois já havia sido provisionada anteriormente.

As controladas indiretas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2005, dezembro de 2004 e dezembro de 2006, respectivamente.

### **a.2) Energia Livre**

Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor, pelos produtores independentes e autoprodutores de energia, durante o período de racionamento.

As concessionárias de distribuição arrecadaram os recursos obtidos do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

No caso da controlada indireta RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão, pela distribuidora, de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento.

Em função do término da cobrança da RTE em 2007, as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram perdas de Energia Livre no montante de R\$ 17.147 e R\$ 6.731 (proporcionais a participação da Bonaire), respectivamente. Em 2009, foi o término da cobrança da RTE da controlada indireta CPFL Sul Paulista, que reconheceu uma perda (proporcional a participação da Bonaire) de R\$ 276 (R\$ 272 em exercícios anteriores).

As controladas indiretas RGE e CPFL Geração possuem em 31 de dezembro de 2009, provisão para perda na realização de Energia Livre totalizando o montante de R\$ 978. A controlada indireta CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R\$ 696 referente ao repasse de distribuidores que já encerraram os seus prazos de recebimento. Os valores registrados já estão líquidos da provisão.

Em 15 de dezembro de 2009 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 387/2009 que trata da nova metodologia de cálculo do saldo final da Perda de Receita e da Energia Livre, após o encerramento da cobrança da RTE, visando destinar de forma isonômica os valores cobrados de RTE do consumidor final, equalizando assim as perdas incorridas entre geradores e distribuidores de energia.

Com base nesse novo cálculo, as controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Sul Paulista complementaram o passivo de energia livre, em montantes proporcionais a

participação da Bonaire, de R\$ 4.123, sendo R\$ 2.588, registrado na conta “Outras Despesas Operacionais”, referente o valor do principal e R\$ 1.535 na conta “Despesa Financeira” referente à atualização monetária, em contrapartida ao Passivo Circulante.

Nesta mesma metodologia, as controladas indiretas CPFL Jaguari e CPFL Santa Cruz, registraram um ganho de R\$ 412 na mesma conta “Outras Despesas Operacionais” referente o valor do principal e R\$ 61 na conta “Receita Financeira”, em contrapartida de um Ativo Circulante.

Após esses ajustes, o saldo líquido em 31 de dezembro de 2009 passou a ser de R\$ 7.311 (R\$ 3.620 em 2008).

As informações do novo cálculo serão encaminhadas a ANEEL que efetuará a validação e editará um despacho com o valor final, para posterior liquidação financeira junto aos geradores.

### **a.3) Parcela “A”**

Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela “A” dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para as controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari e RGE os saldos da Parcela “A” foram amortizados em novembro de 2009, maio de 2008, novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007, agosto de 2005 e em julho de 2004, respectivamente.

Para as controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa, dada a necessidade de se efetuar o faturamento pelo ciclo mensal completo, ocorreu cobrança superior ao saldo existente, gerando ao final de 31 dezembro de 2009 um passivo junto ao consumidor de R\$ 5.386, R\$ 50, R\$ 13 e R\$ 8, respectivamente, em o qual será devolvido por ocasião dos próximos IRTs.

## b) Revisão e reajuste tarifário

### b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório, o reajuste tarifário e os componentes financeiros relativos a revisão tarifária de 03 de fevereiro de 2008 para as controladas indiretas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, em 08 de abril de 2008 para a controlada indireta CPFL Paulista, em 19 de abril de 2008 para a RGE e em 23 de outubro de 2007 para a controlada indireta CPFL Piratininga, conforme demonstrada abaixo:

	<u>CPFL Santa Cruz</u>	<u>CPFL Jaguari</u>	<u>CPFL Mococa</u>	<u>CPFL Leste Paulista</u>	<u>CPFL Sul Paulista</u>	<u>CPFL Paulista</u>	<u>RGE</u>	<u>CPFL Piratininga</u>
<b>Receita Verificada</b>	<b>26.986</b>	<b>11.132</b>	<b>6.850</b>	<b>9.760</b>	<b>11.688</b>	<b>654.758</b>	<b>246.752</b>	<b>270.341</b>
Encargos Setoriais	2.720	1.555	593	1.021	1.340	68.426	24.212	32.535
Compra de Energia Elétrica	10.822	5.886	2.702	3.371	4.802	302.926	120.016	120.789
Transporte de Energia	2.186	1.236	626	1.030	1.283	47.921	23.361	26.811
<b>Parcela A total</b>	<b>15.728</b>	<b>8.677</b>	<b>3.921</b>	<b>5.422</b>	<b>7.425</b>	<b>419.273</b>	<b>167.589</b>	<b>180.135</b>
Remuneração Bruta de Capital	1.884	617	463	1.480	980	44.444	22.735	19.550
Quota Depreciação	1.340	315	230	547	535	31.895	12.289	10.260
Empresa de Referência	5.384	1.492	1.698	2.098	2.480	68.615	30.573	30.898
Inadimplência	185	28	16	24	28	4.378	1.840	1.596
<b>Parcela B total</b>	<b>8.793</b>	<b>2.452</b>	<b>2.407</b>	<b>4.149</b>	<b>4.023</b>	<b>149.332</b>	<b>67.437</b>	<b>62.304</b>
<b>Receita Requerida (Parc. A + B)</b>	<b>24.521</b>	<b>11.129</b>	<b>6.328</b>	<b>9.571</b>	<b>11.448</b>	<b>568.605</b>	<b>235.026</b>	<b>242.439</b>
(-) Outras Receitas	(163)	(37)	(52)	(72)	(109)	(3.451)	(1.540)	(1.664)
<b>Receita Requerida Líquida</b>	<b>24.358</b>	<b>11.092</b>	<b>6.276</b>	<b>9.499</b>	<b>11.339</b>	<b>565.154</b>	<b>233.486</b>	<b>240.775</b>
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>634</b>	<b>(136)</b>	<b>172</b>	<b>98</b>	<b>(68)</b>	<b>422</b>	<b>23.697</b>	<b>1.995</b>
CVA	(22)	(152)	106	(418)	(122)	(9.427)	4.094	496
Sobrecontratação	(2)	-	-	-	-	(3.483)	354	(418)
Subsídio Baixa Renda	360	(22)	7	40	38	3.863	91	-
Descontos TUSD e Irrigação	664	-	45	126	2	7.681	6.450	1.055
Encargos de Conexão e Fronteira	10	21	13	298	-	1.223	7	727
Programa Luz para Todos	149	1	(5)	8	(2)	430	(59)	78
Previsão Subsídio para Cooperativas	-	-	-	-	-	-	13.249	-
Outros	(525)	16	6	44	16	135	(489)	57
Reposicionamento Econômico	-9,73%	-0,35%	-8,40%	-2,69%	-2,98%	-13,69%	-5,37%	-10,94%
Componentes Financeiros	2,60%	-1,23%	2,75%	1,04%	-0,58%	0,08%	10,15%	0,83%
<b>Reposicionamento Total</b>	<b>-7,13%</b>	<b>-1,58%</b>	<b>-5,65%</b>	<b>-1,65%</b>	<b>-3,57%</b>	<b>-13,61%</b>	<b>4,77%</b>	<b>-10,11%</b>
<b>Fator Xe</b>	<b>0,22%</b>	<b>2,10%</b>	<b>0,24%</b>	<b>1,07%</b>	<b>1,31%</b>	<b>0,83%</b>	<b>0,66%</b>	<b>0,73%</b>
<b>Percepção do Consumidor (*)</b>	<b>-8,14%</b>	<b>-3,56%</b>	<b>-8,15%</b>	<b>-1,45%</b>	<b>-7,11%</b>	<b>-17,21%</b>	<b>2,52%</b>	<b>-15,29%</b>
<b>Resolução Homologatória - ANEEL</b>	610/2008	611/2008	612/2008	607/2008	605/2008	627/2008	636/08	553/2007
<b>Data do Revisão Tarifária</b>	03/02/2008	03/02/2008	03/02/2008	03/02/2008	03/02/2008	08/04/2008	19/04/2008	23/10/2007

(\*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

Para todas as empresas, o caráter provisório da revisão tarifária deve-se a “Empresa de Referência” e ao “Fator Xe”. Adicionalmente, as controladas indiretas RGE e CPFL Santa Cruz ainda possuem em caráter provisório as respectivas Bases de Remuneração, enquanto que as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga possuem o componente financeiro relacionado a sobrecontratação (vide tópico 3 c.5).

A homologação final ocorreu nos reajustes tarifários subsequentes conforme demonstrado abaixo:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
<b>Reposicionamento Econômico</b>	-17,05%	-3,79%	-10,41%	-3,22%	-4,73%	-14,07%	-8,11%	-13,50%
<b>Fator Xe Resolução</b>	0,00%	1,69%	0,00%	0,57%	0,74%	0,96%	0,00%	0,15%
<b>Homologatória - ANEEL</b>	764/2009	763/2009	766/2009	761/2009	762/2009	786/2009	801/2009	887/2009

Em 02 de fevereiro de 2010, através do despacho nº 234 a ANEEL acatou parcialmente o pleito do recurso da controlada indireta CPFL Sul Paulista, que trata dos índices de atualização monetária considerados no cálculo da Empresa de Referência e incluiu no reajuste anual de 2010 a alteração apenas no índice de Reposicionamento Econômico relativo ao 2º ciclo da revisão tarifária em -4,59% (anteriormente -4,73%).

Devido ao reposicionamento da revisão tarifária das controladas indiretas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista foram reconhecidos em 2008 e 2009, R\$ 1.105 e R\$ 70, respectivamente, relacionados as devoluções que estão sendo efetuadas aos consumidores. Na RGE, foram provisionados preliminarmente em 2008, R\$ 3.284, sendo complementado o registro em 2009 em R\$ 3.155. Também em 2009, a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga registraram passivos de R\$ 1.515 e R\$ 11.833, respectivamente, relacionados as devolução aos fornecedores.

## b.2) Reajuste Tarifário 2009

A ANEEL, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual das controladas, conforme demonstrada abaixo:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
<b>Receita Verificada</b>	<b><u>24.328</u></b>	<b><u>9.742</u></b>	<b><u>6.072</u></b>	<b><u>9.327</u></b>	<b><u>11.048</u></b>	<b><u>587.091</u></b>	<b><u>240.728</u></b>	<b><u>286.894</u></b>
Encargos Setoriais	2.963	1.770	750	1.211	1.656	87.407	28.114	43.257
Compra de Energia Elétrica	12.299	5.214	2.966	3.721	5.394	353.388	137.782	139.017
Transporte de Energia	2.434	1.220	708	1.104	1.403	53.773	25.528	33.747
<b>Parcela A</b>	<b><u>17.696</u></b>	<b><u>8.204</u></b>	<b><u>4.424</u></b>	<b><u>6.036</u></b>	<b><u>8.453</u></b>	<b><u>494.568</u></b>	<b><u>191.424</u></b>	<b><u>216.021</u></b>
<b>Parcela B</b>	9.232	2.609	2.288	4.277	3.898	172.258	74.447	78.932
<b>Receita Requerida (Parc. A + B)</b>	<b><u>26.928</u></b>	<b><u>10.813</u></b>	<b><u>6.712</u></b>	<b><u>10.313</u></b>	<b><u>12.351</u></b>	<b><u>666.826</u></b>	<b><u>265.871</u></b>	<b><u>294.953</u></b>
(-) Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Receita Requerida Líquida</b>	<b><u>26.928</u></b>	<b><u>10.813</u></b>	<b><u>6.712</u></b>	<b><u>10.313</u></b>	<b><u>12.351</u></b>	<b><u>666.826</u></b>	<b><u>265.871</u></b>	<b><u>294.953</u></b>
<b>Componentes Financeiros</b>	<b><u>3.609</u></b>	<b><u>38</u></b>	<b><u>44</u></b>	<b><u>243</u></b>	<b><u>(20)</u></b>	<b><u>50.959</u></b>	<b><u>22.610</u></b>	<b><u>9.346</u></b>
CVA	672	219	165	(216)	165	29.455	14.339	13.931
Sobrecontratação	1	-	-	-	-	3.558	(247)	995
Adiantamentos	3.210	16	53	193	50	14.813	17.460	5.289
Subsídio de Baixa Renda Descontos TUSD e	-	-	-	-	-	4.181	192	138
Irrigação	(98)	-	3	108	5	774	206	381
Encargos de Conexão e Fronteira/CUSD	(10)	(25)	(10)	298	(15)	497	(262)	45
Recálculo Revisão Tarifária 2008	(449)	(134)	(138)	(99)	(214)	(1.515)	(6.439)	(11.834)
Passivo a compensar de Parcela "A"	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios Cooperativas	-	-	-	-	-	-	(2.047)	559
Exposição CCEAR	(7)	-	-	-	-	(700)	-	(73)
Outros	290	(38)	(29)	(41)	(11)	(104)	(592)	(85)
Reajuste Econômico	10,69%	11,01%	10,52%	10,58%	11,80%	13,58%	10,44%	2,81%
Componentes Financeiros	13,40%	0,35%	0,66%	2,36%	-0,16%	7,64%	8,50%	3,17%
<b>Reajuste Total</b>	<b>24,09%</b>	<b>11,36%</b>	<b>11,18%</b>	<b>12,94%</b>	<b>11,64%</b>	<b>21,22%</b>	<b>18,95%</b>	<b>5,98%</b>
<b>Fator X</b>	<b>1,05%</b>	<b>2,81%</b>	<b>1,14%</b>	<b>1,44%</b>	<b>1,43%</b>	<b>1,19%</b>	<b>0,18%</b>	<b>-1,36%</b>
<b>Percepção do Consumidor</b> (*)	<b>11,85%</b>	<b>9,40%</b>	<b>5,59%</b>	<b>10,61%</b>	<b>10,23%</b>	<b>21,56%</b>	<b>3,43%</b>	<b>-2,12%</b>
<b>Resolução Homologatória - ANEEL</b>	770/2009	767/2009	768/2009	771/2009	769/2009	795/2009	810/2009	896/2009
<b>Data do Reajuste Tarifário</b>	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	08/04/2009	19/04/2009	23/10/2009

Por conta do processo de homologação dos componentes financeiros nos reajustes tarifários das controladas indiretas CPFL Paulista, RGE e CPFL Piratininga em 2009 foram registrados os seguintes principais ajustes (proporcionais a participação da Bonaire):

- i) CPFL Paulista: constituição de passivo de CVA de R\$ 3.051 referente ao recálculo do fator K (menor entre perda regulatória e real), estorno de ativo de sobrecontratação de energia de R\$ 1.804, e constituição de outros passivos regulatórios de R\$ 1.155 referente basicamente à exposição CCEAR, descontos de TUSD e Irrigação.

- ii) RGE: passivos referentes a subsídio a cooperativas de R\$ 652 e TUSD de R\$ 695
- iii) CPFL Piratininga: estorno do Ativo de sobrecontratação de R\$ 6.616 (ver item c.5) e complemento do ativo de subsídio de cooperativa de R\$ 1.007

## c) Componentes Financeiros

### c.1) Revisão Tarifária

Conforme comentado na nota 3b.1, durante 2009 foram homologados pela ANEEL, em caráter definitivo, o 2º. Ciclo das revisões tarifárias das distribuidoras. Desta forma foram registrados passivos relacionados às devoluções que estão sendo efetuadas juntos aos consumidores, e amortizados contabilmente até o próximo Reajuste Tarifário.

### c.2) Descontos TUSD e Irrigação

As controladas indiretas reconhecem ativos regulatórios referentes a descontos especiais aplicados sobre a TUSD, para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e sobre as tarifas aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura.

A partir da Revisão Tarifária de 2008 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários relacionados à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre a previsão e o efetivamente concedido é compensado no reajuste tarifário subsequente.

### c.3) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência, estão assim demonstrados:

	Consolidado							
	2009				2008			
	Homologados		Não Homologados	Total	Homologados		Não Homologados	Total
	2009	2008	2009		2008	2007	2008	
Repasse de Itaipu	(4.859)	1.121	(11.433)	(15.171)	(8.593)	2.923	(9.836)	(15.506)
Custos Energia Elétrica	11.032	(1.490)	(20.132)	(10.590)	8.613	(4.293)	22.105	26.425
Proinfa	3.003	37	(580)	2.460	1.008	(457)	(1.197)	(646)
CCC	3.141	151	6.298	9.590	1.288	3.368	8.697	13.353
Transporte de Itaipu	240	11	326	577	(5)	33	449	477
Rede Básica	1.974	98	7.818	9.890	581	(351)	3.275	3.505
ESS	8.233	302	(8.501)	34	2.680	155	16.064	18.899
CDE	1.429	(5)	1.358	2.782	285	(424)	198	59
Compensação Financeira	-	-	-	-	1	(1)	-	-
	<b>24.193</b>	<b>225</b>	<b>(24.846)</b>	<b>(428)</b>	<b>5.858</b>	<b>953</b>	<b>39.755</b>	<b>46.566</b>

#### **c.4) Majoração de PIS e COFINS**

Refere-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS, apurados através da aplicação da legislação atual, e aqueles incorporados à tarifa até abril de 2005 para a controlada indireta CPFL Paulista e outubro de 2005 para a controlada indireta CPFL Piratininga.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, conservadoramente, optou-se por constituir passivos no mesmo montante dos ativos, registrado na conta “Outras Contas a Pagar” (nota 22).

#### **c.5) Sobrecontratação**

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

A ANEEL, no processo de Revisão Tarifária de 2008 revisou a metodologia e os valores de sobrecontratação da controlada indireta CPFL Paulista, abrangendo os processos de sazonalização e modulação de energia adquirida em 2007. Para manter a consistência das informações, tanto a CPFL Paulista como a controlada indireta CPFL Piratininga, revisaram também seus procedimentos de sobrecontratação, envolvendo inclusive os contratos firmados com a controlada indireta CPFL Brasil, no que se referia a modulação, e procederam aos ajustes contábeis provisórios devidos.

Como resultado, CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram como provisão no primeiro trimestre de 2008 um aumento de “Receita - Suprimento de Energia Elétrica” e “Custos - Custo com Energia Elétrica” totalizando R\$ 2.871 e R\$ 17.352, respectivamente (proporcionais a participação da Bonaire).

Adicionalmente, a CPFL Brasil, constituiu uma provisão de contas a pagar de R\$ 7.772, tendo por contrapartida a reversão da receita de suprimento de energia de R\$ 6.703 e uma despesa financeira de R\$ 1.069 (montantes proporcionais a participação da Bonaire).

Em função do Despacho nº 1.366, de 07 de abril de 2009, por meio do qual a ANEEL nega provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela CPFL Paulista referente a sobrecontratação de energia elétrica do ano de 2007, CPFL Paulista e CPFL Piratininga consideraram os ajustes como definitivos.

Em relação aos processos de Reajustes Tarifários de 2009 da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, a ANEEL considerou as transações relativas à aquisição de energia elétrica no âmbito da CCEE, em 2008, como exposições voluntárias, motivo pelo qual homologou provisoriamente os valores de R\$ 4.049 e R\$ 995, respectivamente da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, do Ativo de Sobrecontratação, não reconhecendo os valores restantes de R\$ 2.467 e R\$ 6.616, inicialmente registrados nas controladas indiretas. As controladas indiretas, embora não concordando com a posição da Agência, conservadoramente, optaram pelos estornos dos citados valores, efetuando lançamento a crédito de “Despesas Pagas Antecipadamente”, em contrapartida a “Custos - Custo com Energia Elétrica” (R\$ 2.351 no 1º trimestre de 2009 e R\$ 6.277 no 3º trimestre de 2009) e “Receita Financeira”, (R\$ 116 no 1º

trimestre de 2009 e R\$ 339 no 3º trimestre de 2009). Os valores utilizados nos reajustes tarifários foram adotados pela ANEEL em caráter provisório para o fim de reservar a decisão definitiva sobre a matéria para a futura deliberação relativa à Audiência Pública nº 008/2009, de 11 de março de 2009.

### c.6) Subvenção – Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados, a partir da Revisão Tarifária de 2008 definiu-se que, parte deste subsídio seria reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária (enquadramento por conta da Portaria DNAEE) e o restante (enquadramento por conta da Lei nº 10.438) via recebimento de recursos da CDE. Esses procedimentos foram consolidados com a publicação da REN nº 325/08, entretanto face à impossibilidade de ressarcimento via recursos da CDE, dada a inexistência de recursos para tal fim, os valores a receber registrados serão compensados via tarifa, no próximo reajuste tarifário anual, como componente financeiro. Em relação à diferença de receita que já seria compensada via tarifa, a mesma foi objeto de adiantamento tarifário de modo a evitar o comprometimento do fluxo de caixa da Concessionária. A diferença entre o valor desse adiantamento considerado na revisão tarifária ou reajuste tarifário e o efetivamente realizado é registrado mensalmente para ser compensado no próximo reajuste tarifário.

### c.7) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente exposição CCEAR, garantias financeiras, subsídios a cooperativas e permissionárias e consultorias (campanhas de medidas e avaliação da Base de Remuneração).

Os quadros abaixo demonstram as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2008:

	Saldo em 2007	Receita Operacional (nota 24)		Custo de Energia (nota 25)		Deduções da Receita		Despesa Operacional (nota 26)			Caixa	Resultado Financeiro (nota 27)		Saldo em 2008
		Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Prov. Perdas	Amort.	Difer.	Atualização	
Recomposição Tarifária Extraordinária	495	-	(448)	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	76	42
Energia Livre	(4.229)	-	(134)	-	-	-	-	-	-	(20)	717	-	47	(3.619)
Parcela "A"	62.799	50	-	(32.107)	-	(7.980)	-	35	-	-	-	-	5.156	27.953
Revisão Tarifária Descontos TUSD e Irrigação	1.846	(4.156)	(1.941)	-	-	-	(141)	-	-	-	-	-	3	(4.389)
CVA	10.611	4.601	(10.374)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370	5.208
Majoração de PIS e COFINS	(7.144)	-	-	32.499	(4.996)	12.586	7.430	(2)	-	-	-	5.564	628	46.565
Sobrecontratação Subvenção Baixa Renda	(11.243)	-	-	-	-	(3.152)	-	-	-	-	-	-	(1.372)	(15.767)
Devolução ao Consumidor - Recálculo IRT	13.937	-	-	4.304	(12.036)	(940)	-	-	-	-	-	-	(285)	4.980
Outros Componentes Financeiros	5.989	8.261	(298)	-	-	-	-	-	-	(6.191)	-	-	(15)	7.746
	(3.316)	-	-	-	3.316	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Líquido</b>	<b>2.727</b>	<b>(18)</b>	<b>(1.836)</b>	<b>23</b>	<b>(236)</b>	<b>865</b>	<b>(485)</b>	<b>17</b>	<b>(285)</b>	<b>-</b>	<b>(780)</b>	<b>19</b>	<b>(73)</b>	<b>(22)</b>
	<b>72.472</b>	<b>8.774</b>	<b>(15.031)</b>	<b>36.826</b>	<b>(46.059)</b>	<b>12.511</b>	<b>(4.187)</b>	<b>(124)</b>	<b>(252)</b>	<b>(101)</b>	<b>(6.254)</b>	<b>5.583</b>	<b>4.535</b>	<b>68.697</b>

	Saldo em 2008	Receita Operacional (nota 24)		Custo de Energia (nota 25)		Deduções da Receita		Despesa Operacional (nota 26)			Caixa	Resultado Financeiro (nota 27)		Saldo em 2009
		Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Prov. Perdas	Amort.	Difer.	Atualização	
Recomposição Tarifária Extraordinária	42	-	(42)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Livre	(3.619)	-	(11)	-	-	-	-	(2.176)	-	(9)	(8)	(999)	(489)	(7.311)
Parcela "A"	27.953	(32)	(272)	-	(28.017)	-	(6.825)	-	63	-	-	-	1.674	(5.456)
Revisão Tarifária	(4.389)	(16.575)	9.671	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.293
Descontos TUSD e Irrigação	5.208	1.392	(4.906)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(206)	1.488
CVA	46.565	-	-	(15.948)	(27.374)	7.932	(9.787)	-	-	-	-	(5.758)	3.942	(428)
Majoração de PIS e COFINS	(15.767)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265	(15.502)
Sobrecontratação	4.980	-	-	5.788	(794)	-	-	-	-	-	-	-	498	10.472
Subvenção Baixa Renda	7.746	6.482	(3.235)	-	-	-	-	-	-	-	(3.985)	-	15	7.023
Outros Componentes Financeiros	(22)	14.589	(14.009)	(340)	737	1.043	(926)	(269)	(19)	(139)	(33)	(18)	(676)	(83)
<b>Total Líquido</b>	<b>68.697</b>	<b>5.856</b>	<b>(12.804)</b>	<b>(10.500)</b>	<b>(55.448)</b>	<b>8.975</b>	<b>(17.538)</b>	<b>(2.445)</b>	<b>44</b>	<b>(148)</b>	<b>(4.026)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>5.023</b>	<b>(21.089)</b>

#### 4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldos bancários	9	5	39.420	15.556
Aplicações financeiras	<u>280.431</u>	<u>188.253</u>	<u>427.391</u>	<u>266.047</u>
<b>Total</b>	<b><u>280.440</u></b>	<b><u>188.258</u></b>	<b><u>466.811</u></b>	<b><u>281.603</u></b>

Na controladora, as aplicações financeiras consistem em aplicação em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, além de Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) de emissão do Unibanco. No consolidado correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média a 100% do CDI.

## 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, a rubrica no circulante é oriunda, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, em valores proporcionais à participação da Sociedade, é como se segue:

	Consolidado				
	Saldos	Vencidos		Total	
		Vencidos	até 90 dias	> 90 dias	2009
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de Consumidores</b>					
Residencial	36.019	23.034	2.373	61.426	51.558
Industrial	20.212	8.472	4.815	33.499	31.576
Comercial	15.163	6.315	2.443	23.921	19.555
Rural	3.173	794	166	4.133	4.058
Poder Público	6.798	779	132	7.709	3.719
Iluminação Pública	5.211	419	2.032	7.662	10.267
Serviço Público	3.604	750	122	4.476	3.963
<b>Faturado</b>	<b>90.180</b>	<b>40.563</b>	<b>12.083</b>	<b>142.826</b>	<b>124.696</b>
Não Faturado	49.106	-	-	49.106	44.990
Parcelamento de Débito de Consumidores	7.936	1.017	2.615	11.568	7.295
Ativo Regulatório (nota 3)	1.902	-	-	1.902	5.312
Operações Realizadas na CCEE Concessionárias e Permissonárias	1.793	-	-	1.793	5.705
Outros	2.374	55	20	2.449	8.165
<b>Total</b>	<b>176.439</b>	<b>41.635</b>	<b>14.718</b>	<b>232.792</b>	<b>217.727</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de Débito de Consumidores	17.825	-	-	17.825	19.175
Ativo Regulatório (nota 3)	185	-	-	185	1.007
Operações Realizadas na CCEE Concessionárias e Permissonárias	5.225	-	-	5.225	5.225
Outros	5.396	-	-	5.396	10.793
<b>Total</b>	<b>28.631</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.631</b>	<b>36.200</b>

- a) **Parcelamento de Débitos de Consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas direta e indiretas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 8).
- b) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2008. Os valores do não circulante compreendem principalmente: (i) ajustes judiciais, determinados em função de processos movidos por agentes do setor; (ii) ações judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (iii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas indiretas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

- c) **Concessionárias e Permissionárias** - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas indiretas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga, que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

Em 2008 as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Leste Paulista registraram valores a receber no montante de R\$ 16.188 junto a AES Tietê S/A (“AES Tietê”), a título de Uso do Sistema de Distribuição, e o devido repasse, registro do mesmo montante no contas a pagar para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira.

Conforme acerto realizado entre as partes envolvidas, com interveniência da ANEEL, esta liquidação esta sendo efetuada tanto pela geradora, quanto pelas controladas indiretas à CTEEP, em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009, atualizadas pela SELIC. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo da operação era de R\$ 10.792, sendo que R\$ 5.396 esta classificado no Circulante.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em abril de 2005, a controlada CPFL Energia adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) (vendedora) e controlada indireta CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela CPFL Energia à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

No consolidado, o saldo no ativo circulante é de R\$ 4.966 (R\$ 4.839 em 2008), e no ativo não circulante é de R\$ 10.100 (R\$ 12.244 em 2008). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizado através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

## 7. TRIBUTOS A COMPENSAR

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 na controladora, os tributos compensáveis compõem-se, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital recebidos de controladas em conjunto, além de antecipações de IRPJ e CSLL.

Os saldos, em 31 de dezembro, são compostos como se segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b><u>Circulante</u></b>				
Antecipações de Contribuição Social - CSLL	-	-	994	1.550
Antecipações de Imposto de Renda - IRPJ	-	-	2.432	619
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	-	-	3.220	3.332
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	8.118	8.730
ICMS a Compensar	-	-	6.235	5.115
Programa de Integração Social - PIS	-	-	479	420
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	1.642	1.404
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	144	214
Outros	-	-	897	666
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.161</b>	<b>22.050</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Contribuição Social a Compensar - CSLL	2.746	833	6.541	4.288
Imposto de Renda a Compensar - IRPJ	14.667	4.298	14.794	4.728
Antecipações de CSLL	-	1.682	-	1.682
Antecipações de IRPJ	-	4.651	-	4.651
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.132	4.402	2.132	4.402
Programa de Integração Social - PIS	-	-	353	353
ICMS a Compensar	-	-	8.981	8.469
Outros	-	-	662	190
<b>Total</b>	<b>19.545</b>	<b>15.866</b>	<b>33.463</b>	<b>28.763</b>

Contribuição Social a Compensar – No longo prazo, o saldo refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada indireta CPFL Paulista, transitada em julgado. A CPFL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos junto à Receita Federal, para realizar a compensação do crédito.

ICMS a Compensar – No consolidado, refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de imobilizado.

## 8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ao longo do exercício de 2009 e de 2008 é como se segue:

	Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo em 1º. de janeiro	(10.432)	(12.099)
Provisão constituída	(11.171)	(9.574)
Recuperação de receita	6.585	4.946
Baixa de contas a receber	<u>4.647</u>	<u>6.295</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(10.371)</u>	<u>(10.432)</u>

## 9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativo regulatório (Nota 3)	14.647	11.905	7.291	11.253
Outros	<u>1.051</u>	<u>984</u>	<u>831</u>	<u>1.298</u>
Total	<u>15.698</u>	<u>12.889</u>	<u>8.122</u>	<u>12.551</u>

## 10. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos de Imposto de renda e Contribuição social da controlada em conjunto CPFL Energia:

	Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito de contribuição social sobre:		
Base negativa	6.601	4.912
Benefício fiscal do ágio incorporado	24.187	25.189
Diferenças temporárias indedutíveis	<u>8.758</u>	<u>10.698</u>
	<u>39.546</u>	<u>40.799</u>
Crédito de imposto de renda sobre:		
Prejuízos fiscais	16.759	11.899
Benefício fiscal do ágio incorporado	81.189	85.034
Diferenças temporárias indedutíveis	<u>24.314</u>	<u>31.653</u>
	<u>122.262</u>	<u>128.586</u>
Crédito de PIS / COFINS sobre:		
Diferenças temporárias indedutíveis	<u>190</u>	<u>1.767</u>
Total	<u>161.998</u>	<u>171.152</u>
Ativo circulante	20.593	27.850
Ativo não circulante	<u>141.405</u>	<u>143.302</u>
	<u>161.998</u>	<u>171.152</u>

### Previsão de recuperação

No consolidado, a previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração da controlada CPFL Energia e apreciadas pelo Conselho Fiscal, e sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação anual</u>	<u>Consolidado</u>
2011	17.948
2012	16.225
2013	12.490
2014	11.731
De 2015 a 2017	27.862
De 2018 a 2020	21.191
De 2021 a 2023	15.339
De 2024 a 2026	12.656
De 2027 a 2028	<u>5.963</u>
	<u>141.405</u>

## 10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
CPFL Paulista	13.124	36.454	14.368	39.911
CPFL Piratininga	2.936	10.074	3.199	10.976
RGE	5.614	23.185	6.003	24.789
CPFL Santa Cruz	742	2.332	902	2.834
CPFL Leste Paulista	437	1.213	217	602
CPFL Sul Paulista	635	1.764	212	590
CPFL Jaguari	383	1.064	203	563
CPFL Mococa	249	691	85	239
CPFL Geração	-	4.223	-	4.530
CPFL Serviços	67	189	-	-
<b>Total</b>	<b><u>24.187</u></b>	<b><u>81.189</u></b>	<b><u>25.189</u></b>	<b><u>85.034</u></b>

### 10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	2009			2008		
	CSLL	IRPJ	PIS/ COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/ COFINS
Provisão para Contingências	1.447	4.027	-	1.456	5.965	-
Entidade de Previdência Privada	518	1.566	-	603	1.802	-
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	878	2.441	-	858	2.382	-
Provisão na Realização da RTE	370	1.028	-	30	84	-
Programas de P&D e Eficiência Energética	2.062	5.726	-	2.055	5.707	-
Participação nos Lucros e Resultados	251	793	-	233	743	-
Diferença de Taxas de Depreciação - RGE (nota 12.1)	1.252	3.478	-	1.396	3.878	-
Passivo Regulatório - Majoração de PIS e COFINS	1.369	3.803	-	1.393	3.869	-
Provisão sobrecontratação (nota 3 c.6)	118	328	111	1.702	4.729	1.757
Revisão Tarifária - Base de Remuneração	-	-	-	357	991	-
Efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08 (nota 2)	100	278	60	146	405	10
Outros	393	846	19	469	1.098	-
<b>Total</b>	<b>8.758</b>	<b>24.314</b>	<b>190</b>	<b>10.698</b>	<b>31.653</b>	<b>1.767</b>

### 10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2009 e 2008:

A composição dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro no resultado é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	159.954	158.815	235.613	240.542
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa nominal	(54.384)	(53.997)	(80.108)	(81.784)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	55.531	54.872	-	-
Realização CMC	-	-	(154)	(181)
Exclusão Lei 11.941/09 art.4º	-	-	1.383	-
Amortização de intangível (ágio)	-	-	(6.136)	(6.100)
Efeito Regime Lucro Presumido	-	-	1.609	2.096
Créditos fiscais (não constituídos) constituídos, líquidos	(1.147)	(875)	8.592	4.727
Outros (adições) exclusões permanentes	-	-	894	751
Total imposto de renda e contribuição social	<u>      </u>	<u>      </u>	<u>(73.920)</u>	<u>(80.491)</u>

#### **Amortização de Intangível (Ágio)**

Refere-se a parcela não dedutível da amortização do intangível, originado na aquisição de investidas.

#### **Realização CMC**

Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei 8.200/90, não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.

#### **Crédito Fiscal (Não Constituído) Constituído**

Na controladora, não foi constituído créditos fiscais sobre o prejuízo fiscal e a base negativa, por falta de expectativa de realização. No Consolidado, o crédito foi constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa em função do complemento apurado quando da revisão das projeções da controlada CPFL Energia.

## **Exclusão Lei nº 11.941/09**

A redução dos juros, multas e encargos legais sobre o passivo exigível, em consequência da adesão ao REFIS IV, foram excluídos para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 4º, da Lei nº 11.941/09.

## **11. OUTROS CRÉDITOS**

A composição do saldo, na proporção da participação da Sociedade, é como se segue:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Créditos a Receber - CESP	1.129	3.039	-	1.514
Créditos a Receber - Acionistas BAESA	1.961	1.790	1.961	3.580
Adiantamentos - Fundação CESP	797	721	-	-
Adiantamentos - Fornecedores	776	-	-	-
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados	215	55	4.666	11.763
Fundo Vinculado à Empréstimos ME	-	-	2.422	3.798
Ordens em Curso	559	622	-	301
Serviços Prestados a Terceiros	6.179	3.747	-	5
Reembolso RGR	696	672	204	97
Contratos de Pré-Compra de Energia	1.770	322	7.279	5.136
Arrendamento Mercantil	373	143	2.687	665
Outros	3.901	2.913	1.119	1.141
<b>Total</b>	<b>18.356</b>	<b>14.024</b>	<b>20.338</b>	<b>28.000</b>

### **Créditos a Receber CESP**

Refere-se a créditos a receber da CESP pela controlada indireta CPFL Paulista, decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar transferida àquela empresa em 1993. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte americano, acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral, e de *Spread* anual de 0,40625% a.a., com recebimento final em janeiro de 2010.

### **Créditos a Receber – Acionistas da BAESA**

No período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 30 de abril de 2008 por conta de prática de preços diferenciados no faturamento da energia vendida aos acionistas, diferentes prazos de pagamentos e outros fatores, ocasionaram diferentes contribuições das empresas acionistas para formação do resultado da controlada indireta BAESA. Para equacionar esta questão, os acionistas da BAESA acordaram em 2007 que as contribuições excedentes feitas pela controlada indireta CPFL Geração fossem corrigidas pela variação do CDI, e compensadas durante 36 meses a contar de janeiro de 2009.

A partir de 1º de maio de 2008 a questão relativa às diferenças de contribuições no resultado da BAESA foi solucionada com aprovação da reestruturação dos contratos de venda de energia pela ANEEL, no qual a BAESA vende a controlada indireta CPFL Geração a quota de energia correspondente à sua participação nos mesmos preços e condições dos demais acionistas, e a CPFL Geração comercializa esta energia com as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

### Adiantamentos – Fundação CESP

Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

### Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados

São garantias oferecidas para operações na CCEE.

### Fundo Vinculado a Empréstimos em Moeda Estrangeira

São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos.

### Serviços Prestados a Terceiros

Compreendem, basicamente, contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados a distribuição de energia elétrica.

### Reembolso RGR

Refere-se a valores a compensar, relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida, calculada com base no ativo imobilizado em serviço.

### Contratos de Pré-Compra de Energia

Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

### Arrendamento Mercantil

Refere-se aos investimentos realizados em projetos de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de auto-produção de energia, nos quais a controlada indireta CPFL Brasil é arrendadora, e cujos principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários. São registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas financeiras reconhecidas no resultado do exercício pelo prazo dos respectivos contratos.

## 12. INVESTIMENTOS

O saldo de investimento é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participações societárias permanentes				
Pela equivalência	643.043	634.905	-	-
Pelo custo	-	-	14.881	14.729
Deságios	-	-	(1.623)	(1.623)
	<u>643.043</u>	<u>634.905</u>	<u>13.258</u>	<u>13.106</u>

### 12.1) Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Sociedade detém participação societária permanente na controlada em conjunto CPFL Energia S.A. nos montantes de R\$ 643.043 e R\$ 634.905, respectivamente. A movimentação da rubrica Investimentos é como se segue:

	Controladora	
	2009	2008
Saldo no início do exercício	634.905	626.290
Resultado de equivalência patrimonial	163.326	161.388
Dividendos recebidos e propostos	(155.188)	(152.773)
Saldo no final do exercício	<u>643.043</u>	<u>634.905</u>

#### a) Informações da participação na CPFL Energia

As principais informações sobre a participação societária permanente na CPFL Energia S.A. é como se segue (em milhares de ações):

<u>Composição do capital</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	479.910.938	479.910.938
<u>Em poder da investidora:</u>		
Ações ordinárias em circulação	60.713.511	60.713.511
Participação no capital:	12,65%	12,65%
Na investida:		
Capital social integralizado	4.741.175	4.741.175
Resultado do exercício	1.286.470	1.275.692
Patrimônio líquido	5.082.942	5.018.619
Na investidora:		
Investimentos	643.043	634.905
Resultado de equivalência patrimonial	163.326	161.388

#### b) Dividendos recebidos e propostos

Em 30 de junho de 2009, a diretoria da controlada CPFL Energia propos a distribuição de dividendos no montante de R\$ 72.322 e deliberados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2009.

Para este exercício, a Administração da controlada CPFL Energia, esta propondo a distribuição de dividendos no montante de R\$ 82.866, provisionados pela Sociedade em 31 de dezembro de 2009.

## 12.2) Participações societárias permanentes pelo custo

Refere-se basicamente à participação de 5,91% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.154 ações ordinárias e 18.508 ações. Em função da participação detida por acionistas não controladores através de (i) ações preferenciais representando 39,66% do capital total da Paulista Lajeado, e de (ii) partes beneficiárias que concedem o direito à 10% do lucro líquido antes da distribuição das participações, estes efeitos foram registrados no consolidado, na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R\$ 9.222 (proporcional a participação da Bonaire).

### 13. IMOBILIZADO

	2009			Consolidado
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	2008
				Valor Líquido
Em Serviço				
- Distribuição	1.066.442	(544.338)	522.104	485.106
Terrenos	6.647	-	6.647	6.583
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	24.026	(14.337)	9.689	8.780
Máquinas e Equipamentos	1.020.562	(519.200)	501.362	465.963
Veículos	10.841	(8.131)	2.710	2.260
Móveis e Utensílios	4.366	(2.670)	1.696	1.520
- Geração	273.360	(31.565)	241.795	241.517
Terrenos	4.115	-	4.115	3.767
Reservatório, Barragens e Adutoras	98.912	(9.655)	89.257	90.959
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	72.245	(7.025)	65.220	63.886
Máquinas e Equipamentos	97.690	(14.646)	83.044	82.736
Veículos	158	(99)	59	57
Móveis e Utensílios	240	(140)	100	112
- Comercialização	21.079	(9.797)	11.282	14.387
Terrenos	31	-	31	35
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.899	(1.139)	760	483
Máquinas e Equipamentos	16.896	(7.457)	9.439	12.996
Veículos	1.052	(730)	322	351
Móveis e Utensílios	1.201	(471)	730	522
- Administração	18.111	(11.204)	6.907	7.032
Terrenos	372	-	372	390
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.075	(3.610)	2.465	2.996
Máquinas e Equipamentos	5.474	(3.639)	1.835	1.697
Veículos	1.093	(763)	330	256
Móveis e Utensílios	5.097	(3.192)	1.905	1.693
- Bens Arrendados	119.342	(33.414)	85.928	88.460
Terrenos	591	-	591	591
Reservatório, Barragens Adutoras	13.628	(3.135)	10.493	10.526
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	66.232	(16.859)	49.373	50.763
Máquinas e Equipamentos	38.863	(13.412)	25.451	26.574
Veículos	2	(2)	-	-
Outros	26	(6)	20	6
Subtotal	1.498.334	(630.318)	868.016	836.502
Em Curso				
- Distribuição	41.624	-	41.624	33.622
- Geração	165.447	-	165.447	87.603
- Comercialização	1.667	-	1.667	2.019
- Administração	3.792	-	3.792	4.056
	212.530	-	212.530	127.300
Subtotal	1.710.864	(630.318)	1.080.546	963.802
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(133.339)	(127.021)
Imobilizado Líquido			947.207	836.781

Os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia autorização do órgão regulador. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens e concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,6% a.a. nas geradoras.

#### Bens Arrendados

No consolidado, o saldo está relacionado principalmente a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa que estão arrendados ao detentor da concessão (Furnas), por um período de 30 anos a findar-se em 2028 (ver detalhes na nota 1). Os riscos e benefícios inerentes aos ativos não foram transferidos ao arrendatário e são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL, e conforme condições gerais do contrato de concessão detido por FURNAS. Extinta a concessão, está prevista a reversão destes bens e instalações mediante indenização.

#### Imobilizado em Curso

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para o projeto de geração Foz do Chapecó, com imobilizado total de R\$ 2.019.270 e R\$ 349.666 (R\$ 130.274 e R\$ 22.559 proporcionais a participação da Bonaire).

Os juros referentes aos empréstimos tomados pelos empreendimentos para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção e somam no consolidado, proporcionais a participação da Bonaire, o montante de R\$ 7.419 (R\$ 6.454 em 2008).

#### Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão

Representam os valores recebidos dos consumidores, doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, têm seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

#### Análise da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade e suas controladas realizaram análise de recuperação dos seus ativos imobilizados, conforme descrito na nota 14.3.

### **14. INTANGÍVEL**

	Consolidado	
	2009	2008
Intangível de Concessão	276.166	301.914
Outros Intangíveis	46.991	39.680
Total	323.157	341.594

## 14.1) Composição do Intangível de Concessão

	2009			2008	Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2009	2008
<b>Intangível - Concessão</b>						
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
<b>Controladora</b>						
CPFL Paulista	38.568	(10.238)	28.330	31.036	6,38%	6,23%
CPFL Piratininga	4.942	(1.271)	3.671	4.000	6,65%	6,70%
CPFL Geração	6.902	(1.854)	5.048	5.459	5,99%	6,21%
RGE	399	(49)	350	375	6,14%	6,07%
Outros	-	-	-	3	-	-
	<u>50.811</u>	<u>(13.412)</u>	<u>37.399</u>	<u>40.873</u>		
<b>Controladas</b>						
CPFL Jaguariúna	-	-	-	15.285	-	11,81%
ENERCAN	1.295	(203)	1.092	1.179	5,78%	4,83%
Barra Grande	390	(105)	285	308	5,85%	6,65%
Foz do Chapecó	-	-	-	926	-	-
Chapecoense	933	-	933	-	-	-
EPASA	63	-	63	-	-	-
Santa Clara I	578	-	578	-	-	-
Santa Clara II	578	-	578	-	-	-
Santa Clara III	578	-	578	-	-	-
Santa Clara IV	578	-	578	-	-	-
Santa Clara V	578	-	578	-	-	-
Santa Clara VI	578	-	578	-	-	-
Eurus VI	145	-	145	-	-	-
Outros	1.833	(1.328)	505	911	6,06%	4,99% a 11,65%
	<u>8.127</u>	<u>(1.636)</u>	<u>6.491</u>	<u>18.609</u>		
<b>Subtotal Intangível adquirido já incorporado - Dedutível</b>	<b>58.938</b>	<b>(15.048)</b>	<b>43.890</b>	<b>59.482</b>		
<b>Controladas</b>						
RGE	141.725	(91.163)	50.562	53.132	4,03%	4,50%
CPFL Geração	53.950	(25.710)	28.240	30.294	6,03%	5,74%
<b>Subtotal Intangível adquirido já incorporado - Re composto</b>	<b>195.675</b>	<b>(116.873)</b>	<b>78.802</b>	<b>83.426</b>		
<b>Controladora</b>						
CPFL Paulista	135.875	(44.509)	91.366	100.030	6,23%	6,23%
CPFL Piratininga	14.645	(3.766)	10.879	11.853	6,65%	6,70%
RGE	39.234	(5.983)	33.251	35.579	5,96%	5,88%
CPFL Santa Cruz	7.804	(2.637)	5.167	6.280	14,26%	15,12%
CPFL Leste Paulista	3.420	(549)	2.871	-	15,08% e 16,91%	-
CPFL Sul Paulista	4.829	(769)	4.060	-	15,08% e 16,34%	-
CPFL Jaguari	2.986	(453)	2.533	-	15,26% e 16,0%	-
CPFL Mococa	1.913	(321)	1.592	-	15,42% e 17,43%	-
CPFL Jaguari Geração	1.932	(177)	1.755	-	9,19%	-
	<u>212.638</u>	<u>(59.164)</u>	<u>153.474</u>	<u>153.742</u>		
<b>Controladas</b>						
CPFL Leste Paulista	-	-	-	1.590	-	8,67%
CPFL Sul Paulista	-	-	-	1.557	-	8,59%
CPFL Jaguari	-	-	-	1.487	-	8,56%
CPFL Mococa	-	-	-	630	-	8,49%
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.264</u>		
<b>Subtotal</b>	<b>212.638</b>	<b>(59.164)</b>	<b>153.474</b>	<b>159.006</b>		
<b>Total</b>	<b>467.251</b>	<b>(191.085)</b>	<b>276.166</b>	<b>301.914</b>		

Até 31 de dezembro de 2007, os valores relacionados aos ágios oriundos da aquisição ou aumento de participação societária eram registrados no grupo de Investimentos (“Ágio”) e Imobilizado (“Outros ativos não vinculados a concessão”). Com o advento da Lei nº 11.638 e a emissão do “CPC 04 – Ativos Intangíveis”, em 2008, tais valores passam a atender à definição e classificação de ativos intangíveis.

### **Intangível – Concessão**

Representa a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas nas respectivas datas de aquisição. Correspondem ao benefício futuro que a controladora possui com o direito de exploração da concessão e estão classificados como Intangível de vida útil definida, amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão. O intangível de concessão está assim representado:

#### **- Intangível adquirido não incorporado:**

Refere-se basicamente ao ágio da aquisição remanescente das ações detidas pelos acionistas não controladores da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005, e RGE em dezembro de 2007.

#### **- Intangível adquirido já incorporado – Dedutível**

Refere-se ao ágio oriundo da aquisição das controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM 319/99 e 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

#### **- Intangível adquirido já incorporado - Recompuesto**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre o ágio de aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas indiretas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da controlada em conjunto CPFL Energia nas controladas indiretas, sendo necessária a constituição de um ágio indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

## - Intangível – Outros

O saldo é composto basicamente por softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o “CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos”.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2009
	Saldo em 31/12/2008	Reestruturação Societária	Adições	Baixas	Amortização	
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
Custo Histórico	73.705	(18.453)	3.687	-	-	58.939
Amortização acumulada	(14.225)	2.848	-	-	(3.672)	(15.049)
	59.480	(15.605)	3.687	-	(3.672)	43.890
<b>Intangível adquirido já incorporado - Dedutível</b>						
Custo Histórico	195.675	-	-	-	-	195.675
Amortização acumulada	(112.249)	-	-	-	(4.624)	(116.873)
	83.426	-	-	-	(4.624)	78.802
<b>Intangível adquirido já incorporado - Re composto</b>						
Custo Histórico	206.483	6.154	-	-	-	212.637
Amortização acumulada	(47.475)	3.660	-	-	(15.348)	(59.163)
	159.008	9.814	-	-	(15.348)	153.474
<b>Subtotal</b>	<b>301.914</b>	<b>(5.791)</b>	<b>3.687</b>	<b>-</b>	<b>(23.644)</b>	<b>276.166</b>
<b>Outros intangíveis</b>	39.680	523	11.880	(220)	(4.872)	46.991
<b>Total</b>	<b>341.594</b>	<b>(5.268)</b>	<b>15.567</b>	<b>(220)</b>	<b>(28.516)</b>	<b>323.157</b>

## 14.2) Outorga da Concessão

As controladas indiretas em conjunto CERAN, ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó e a controlada indireta Paulista Lajeado, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, a título de “Uso do Bem Público”. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2009, apresentavam os seguintes valores:

Empresas	Uso do Bem Público						
	Valor Anual		Valor Total		Pagamento		
	Total	Participação da Bonaire	Total	Participação da Bonaire	Nº de Parcelas	Início	Final
CERAN	6.775	557	196.475	16.156	348	Mar/2007	Fev/2036
ENERCAN	1.749	108	49.701	3.064	341	Jun/2006	Out/2034
BAESA	17.936	567	520.144	16.455	348	Jun/2007	Mai/2036
Foz do Chapecó	38.916	2.511	1.021.545	65.910	315	Set/2010	Nov/2036
Paulista Lajeado (*)	229	15	6.641	440	348	Jan/2004	Jan/2033
<b>TOTAL</b>	<b>65.605</b>	<b>3.758</b>	<b>1.794.506</b>	<b>102.025</b>			

(\*) O valor total corresponde à participação de 5,93% da Paulista Lajeado na concessão.

As controladas indiretas registram em despesa os valores de outorga, conforme vencimento contratual.

### **14.3) Análise do Valor de Recuperação**

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Sociedade e a controlada direta CPFL Energia avaliaram, ao final do exercício de 2009, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## **15.FORNECEDORES**

No consolidado a composição dos saldos é como se segue:

<b><u>Circulante</u></b>	<b><u>2009</u></b>	<b><u>2008</u></b>
Encargos de Serviço do Sistema	4.372	4.090
Suprimento de Energia Elétrica	80.353	79.898
Encargos de Uso da Rede Elétrica	18.384	19.020
Materiais e Serviços	18.025	14.526
Passivo Regulatório (nota 3)	7.760	3.696
Outros	317	3.046
<b>Total</b>	<b><u>129.211</u></b>	<b><u>124.276</u></b>
<b><u>Não Circulante</u></b>		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.396	10.793
	<b><u>5.396</u></b>	<b><u>10.793</u></b>

## 16. ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

No consolidado, as principais informações dos empréstimos e financiamentos são como se segue:

	2009				2008			
	<u>Encargos - Circulante e Não Circulante</u>	Principal		Total	<u>Encargos - Circulante e Não Circulante</u>	Principal		Total
		Circulante	Não Circulante			Circulante	Não Circulante	
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
BNDES - Repotenciação	11	926	1.713	2.650	16	1.279	2.640	3.935
BNDES - Investimento	1.286	43.526	286.221	331.033	4.566	30.443	257.488	292.497
BNDES - Bens de Renda Furnas Centrais Elétricas S.A.	6 48	84 5.823	712 -	802 5.871	4 146	25 11.850	425 5.925	454 17.921
Instituições Financeiras	1.306	23.015	20.754	45.075	636	4.739	24.824	30.199
Outros	71	2.806	3.882	6.759	66	3.608	4.658	8.332
<b>Subtotal</b>	<b>2.728</b>	<b>76.180</b>	<b>313.282</b>	<b>392.190</b>	<b>5.434</b>	<b>51.944</b>	<b>295.960</b>	<b>353.338</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>								
BID	33	462	6.500	6.995	68	569	9.344	9.981
Instituições Financeiras	68	496	5.883	6.447	109	759	8.562	9.430
<b>Subtotal</b>	<b>101</b>	<b>958</b>	<b>12.383</b>	<b>13.442</b>	<b>177</b>	<b>1.328</b>	<b>17.906</b>	<b>19.411</b>
<b>Total ao Custo</b>	<b>2.829</b>	<b>77.138</b>	<b>325.665</b>	<b>405.632</b>	<b>5.611</b>	<b>53.272</b>	<b>313.866</b>	<b>372.749</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Instituições Financeiras	8.427	11.068	119.047	138.542	7.443	12.914	171.538	191.895
<b>Total</b>	<b>8.427</b>	<b>11.068</b>	<b>119.047</b>	<b>138.542</b>	<b>7.443</b>	<b>12.914</b>	<b>171.538</b>	<b>191.895</b>
<b>Total</b>	<b>11.256</b>	<b>88.206</b>	<b>444.712</b>	<b>544.174</b>	<b>13.054</b>	<b>66.186</b>	<b>485.404</b>	<b>564.644</b>

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração	Condições de Amortização	Garantias
	2009	2008			
<b>Moeda Nacional</b>					
<b>BNDES - Repotenciação</b>					
CPFL Geração	2.637	3.876	TJLP + 3,1% a 4,3% a.a.	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
CPFL Geração	12	59	UMBND + 3,5% a 4,0% a.a.	72 e 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 e setembro de 2004	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
<b>BNDES - Investimento</b>					
CPFL Paulista - FINEM II	8.053	16.087	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	13.614	16.997	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	30.024	12.714	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM I	2.999	5.990	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM II	8.087	10.097	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM III	13.282	6.929	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM III	8.512	11.336	TJLP + 5,0% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis / Conta Reserva
RGE - FINEM IV	21.940	12.206	TJLP + 3,28 a 3,40% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	285	288	TJLP + 2,00% a 2,90% a.a.	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa	382	381	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Jaguaré	316	316	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Leste Paulista	256	254	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Sul Paulista	424	254	TJLP + 2,9% a.a.	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
BAESA					Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
BAESA	17.211	19.174	TJLP + 3,125% a 4,125% a.a.	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
ENERCAN	3.550	5.315	UMBND + 3,125% a.a. (1)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Cartas de Fiança
ENERCAN	38.864	43.014	TJLP + 4% a.a.	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	2.348	3.500	UMBND + 4% a.a.	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	34.327	36.627	TJLP + 5% a.a.	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	5.015	7.161	UMBND + 5% a.a. (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	15.565	16.070	TJLP + 3,69% a.a. (Média dos percentuais)	168 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia	100.222	67.788	TJLP + 2,49% a 2,95% a.a.	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia	1.929	-	TJLP + 1,9% a.a.	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
BNDES - Bens de Renda	3.828	-	4,5% a.a.	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Brasil	802	453	TJLP + de 1,94% à 2,84% a.a.	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
<b>Furnas Centrais Elétricas S.A.</b>					
CPFL Geração	5.871	17.921	IGP-M + 10% a.a. (2)	24 parcelas mensais a partir de junho de 2008	Energia produzida pela Usina
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco do Brasil - Lei 8727	4.974	6.015	IGP-M + 7,42% a.a.	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Recebíveis
<b>CPFL Piratininga</b>					
Banco Alfa	6.328	-	105,1% do CDI	Parcela única em janeiro de 2010	Não existem garantias
<b>CPFL Santa Cruz</b>					
HSBC	5.155	4.640	CDI + 1,10% a.a.	Parcela única a ser paga em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
<b>CPFL Geração</b>					
Banco Itaú	12.999	12.860	106,0% do CDI	Parcela única em março de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco Alfa	12.586	-	105,1% do CDI	Parcela única em fevereiro de 2010	Aval da CPFL Energia
<b>CERAN</b>					
Banco Bradesco	3.035	6.684	CDI + 2% a.a.	24 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Não existem garantias
<b>Outros</b>					
Eletrobrás	-	-	-	-	-

CPFL Paulista	1.094	1.124	RGR + 6,0% a 9,0% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	179	241	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
RGE	1.530	1.431	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até junho de 2020	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	590	697	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até abril de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	128	144	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até janeiro de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	225	214	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até julho de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguari	4	4	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até maio de 2017	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	36	40	RGR + 6% a.a.	Parcelas mensais até janeiro de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
Outros	2.972	4.437			
<b>Subtotal Moeda Nacional - Custo</b>	<b>392.190</b>	<b>353.338</b>			
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>BID - Enercan</b>	6.994	9.981	US\$ + Libor + 3,5% a.a.	49 parcelas trimestrais a partir de junho de 2007	Aval da CPFL Energia
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista (9)</b>					
Debt Conversion Bond	659	1.241	US\$ + Libor 6 meses+ 0,875% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
New Money Bond	-	47	US\$ + Libor 6 meses+ 0,875% a.a.	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2001	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
FLIRB	-	47	US\$ + Libor 6 meses+ 0,8125% a.a.	13 parcelas semestrais a partir de abril de 2003	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	1.071	1.756	US\$ + 8% a.a.	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	1.931	2.598	US\$ + Libor 6 meses+ 0,8125% a.a.	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
PAR-Bond	2.787	3.741	US\$ + 6% a.a.	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
<b>Subtotal Moeda Estrangeira - Custo</b>	<b>13.442</b>	<b>19.412</b>			
<b>Total Mensurados ao Custo</b>	<b>405.632</b>	<b>372.750</b>			
<b>Moeda Estrangeira Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Instituições Financeiras</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco do Brasil	12.807	16.628	Yen + 5,7778% a.a. (3)	Parcela única em janeiro de 2011	Não existem garantias
Banco ABN AMRO Real	48.829	62.025	Yen + 1,49% a.a. (4)	Parcela única em janeiro de 2012	Não existem garantias
<b>CPFL Piratininga</b>					
Banco BNP Paribas	-	7.660	US\$ + 4,10% a.a. (5)	Parcela única em fevereiro de 2009	Notas Promissórias
<b>RGE</b>					
Banco do Brasil	-	5.906	Yen + 5,7778% a.a. (6)	Parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias
<b>CPFL Geração</b>					
Banco do Brasil	12.820	16.644	Yen + 5,8% a.a. (7)	Parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil	64.086	83.031	Yen + 2,5% a 5,8% a.a. (8)	Parcela única em janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia
<b>Total Moeda Estrangeira - Valor Justo</b>	<b>138.542</b>	<b>191.894</b>			
<b>Total Consolidado</b>	<b>544.174</b>	<b>564.644</b>			

A Controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 180,0% a 185,2% do CDI (3) 104,5% do CDI (5) 104,5% e 107,6% do CDI (7) 104,2% do CDI  
(2) 106,5% e 107,0% do CDI (4) 104,98% do CDI (6) 103,5% do CDI (8) 104,5% do CDI  
(9) Dada a existência de ativos indexados em dólar (nota 11), consta um *swap* parcial no montante de R\$ 31.260 convertendo a variação da moeda para 113% e 113,7% do CDI.

Conforme segregado nos quadros acima, a controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas, em consonância com o Pronunciamento CPC 14 Instrumentos Financeiros, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir informações adicionais sobre o valor a custo das respectivas dívidas e a comparação para os respectivos valores justos:

	Consolidado				
	2009				
	Encargos	Valor a custo		Total	Valor justo (contábil)
		Circulante	Não Circulante		
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>CPFL Paulista</b>					
Banco do Brasil	1.234	-	11.635	12.869	12.807
Banco ABN AMRO Real	284	-	48.867	49.151	48.830
<b>CPFL Geração</b>					
Banco do Brasil	6.909	11.095	59.153	77.157	76.905
<b>Total Moeda Estrangeira - Consolidado</b>	<b>8.427</b>	<b>11.095</b>	<b>119.655</b>	<b>139.177</b>	<b>138.542</b>

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da controlada em conjunto CPFL Energia e as controladas indiretas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas no montante de R\$ 635, no consolidado, estão sendo compensados pelos efeitos de R\$ 1.572 obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção da variação cambial e juros (nota 32), gerando uma perda líquida acumulada de R\$ 938.

### **Principais captações (Em valores proporcionais à participação da Sociedade):**

#### **Moeda Nacional**

##### **BNDES – Investimento FINEM IV (Controlada indireta CPFL Paulista)**

A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 43.768, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 17.220 e do saldo remanescente estimado de R\$ 13.897, R\$ 1.126 está previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010 e o restante será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

##### **BNDES - Investimento FINEM III (Controlada indireta CPFL Piratininga)**

A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) em 2008, no montante de R\$ 19.630, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, a controlada indireta recebeu o montante de R\$ 6.318 e o saldo remanescente estimado de R\$ 6.418 será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente até 31 de dezembro de 2009, e a partir de 15 de janeiro de 2010 serão amortizados mensalmente.

### **BNDES – Investimento FINEM IV (subcrédito “A”) - ( Controlada indireta RGE )**

A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 27.341, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 9.677 e o saldo remanescente estimado de R\$ 5.013 será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

### **BNDES – Investimento (Controlada indireta Foz do Chapecó)**

A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2007, no montante de R\$ 105.362, recurso a ser aplicado no financiamento das obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 25.458, e o saldo remanescente estimado de R\$ 16.157 está previsto para ser liberado até o 1º semestre de 2010. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de outubro de 2011.

### **BNDES – Investimento (Controlada indireta CPFL Bioenergia)**

A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES, em 2009, no montante total de R\$ 9.525, sendo de FINEM o montante de R\$ 4.743 e de FINAME o montante de R\$ 4.782, destinado a construção de uma Usina Termoelétrica de 45 MW movida a bagaço de cana. Em dezembro de 2009 foi liberado uma parcela de R\$ 5.755, sendo R\$ 1.928 de FINEM e R\$ 3.827 de FINAME. O saldo remanescente de R\$ 3.770 está previsto para ser liberado até outubro de 2010. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de junho de 2011.

### **Instituições Financeiras (Controlada indireta CPFL Piratininga)**

A controlada indireta contratou empréstimo junto ao Banco Alfa de Investimento S/A, em 2009, no montante R\$ 6.325. Os recursos captados foram utilizados para fins de reforço de capital de giro. Não há condições restritivas.

### **Instituições Financeiras (Controlada indireta CPFL Geração)**

A controlada indireta contratou empréstimo junto ao Banco Alfa de Investimento S/A, em 2009, no montante de R\$ 12.534. Os recursos captados serão utilizados para viabilizar a integralização de aumento de capital realizada em 14 de dezembro de 2009 nas controladas Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI e Eurus VI, Os juros e o principal tem liquidação prevista para 12 de fevereiro de 2010. Não há condições restritivas.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2011	126.742
2012	92.193
2013	40.085
2014	33.281
Após 2014	153.017
<b>Subtotal</b>	<b>445.318</b>
Marcação a Mercado	(606)
<b>Total</b>	<b>444.712</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada em %		% da dívida	
	2009	2008	2009	2008
IGP-M	(1,71)	9,81	2,12	4,24
UMBND	(25,66)	33,86	3,29	5,62
TJLP	6,13	6,25	58,76	49,74
CDI	9,88	12,38	34,01	38,93
Outros	-	-	1,82	1,47
			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

### **Condições restritivas**

#### **BNDES**

Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

#### **CPFL Paulista**

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,90.

#### **CPFL Piratininga**

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 3,0 em 2008 e valor máximo 2,5 em 2009 e anos subsequentes;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,80.

#### **RGE**

#### **BNDES – FINEM I**

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 2,5;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

#### **CPFL Geração**

Os empréstimos captados do BNDES pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA, CERAN e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada indireta CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

Os empréstimos da ENERCAN junto as instituições BNDES e BID contempla cláusulas que requerem da controlada indireta a manutenção de determinados índices financeiros em

parâmetros pré-estabelecidos. Em decorrência dos sinistros ocorridos nos túneis de desvio da UHE Campos Novos, o início da operação comercial foi postergado, comprometendo a geração de caixa no prazo originalmente previsto, com reflexo nas obrigações contratuais assumidas. A administração da ENERCAN já solicitou às referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais, tendo obtido a confirmação de que não constará nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

Para o empréstimo da CPFL Bioenergia junto ao BNDES, está determinado em contrato que a controlada indireta não poderá efetuar pagamento de dividendos para os anos de 2009 a 2012, sendo que a partir de 2013 só poderá se atendida cumulativamente as seguintes condições:

- i) Estar adimplente com suas obrigações contratuais;
- ii) Índice de cobertura da dívida maior o igual a 1,0; e
- iii) Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da controlada direta CPFL Energia ou na estrutura societária das controladas indiretas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da CPFL Energia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da CPFL Energia.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

A Administração da CPFL Energia e de suas subsidiárias monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da CPFL Energia e de suas subsidiárias, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

## 17. DEBÊNTURES

No consolidado, na proporção de participação da Sociedade, em 31 de dezembro de 2009 e 2008 as principais informações sobre as emissões de debêntures é como segue:

	Quantidade em Circulação	Remuneração	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias	Consolidado								
						2009				2008				
						Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	
<b>Controladora</b>														
<b>3ª Emissão Série Única</b>	45.000	CDI + 0,45% a.a. (1)	CDI + 0,53% a.a.	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografária	1.618	-	56.930	58.548	2.536	-	56.930	59.466	
<b>CPFL Paulista</b>														
<b>2ª Emissão</b>														
1ª Série	11.968	109% do CDI a.a.	109% CDI + 0,24% a.a.	1º de julho de 2009	Quirografária	-	-	-	-	1.089	15.141	-	16.230	
2ª Série	13.032	IGP-M + 9,8% a.a.	IGP-M + 10,04% a.a.	1º de julho de 2009	Quirografária	-	-	-	-	1.066	21.582	-	22.648	
<b>3ª Emissão Série Única</b>	64.000	104,4% do CDI a.a.	104,4% CDI + 0,05% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	584	-	80.966	81.550	896	-	80.966	81.862	
<b>4ª Emissão Série Única</b>	175.000	110,3% do CDI a.a.	110,3% CDI + 0,79% a.a.	2 parcelas anuais a partir de julho de 2010	Fiança da CPFL Energia	1.048	8.135	13.866	23.049	-	-	-	-	
						<b>1.632</b>	<b>8.135</b>	<b>94.832</b>	<b>104.599</b>	<b>3.051</b>	<b>36.723</b>	<b>80.966</b>	<b>120.740</b>	
<b>CPFL Piratininga</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	40.000	104,0% do CDI a.a.	104,0% CDI + 0,16% a.a.	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia	2.238	25.302	25.302	52.842	3.438	-	50.604	54.042	
<b>2ª Emissão Série Única</b>	1	106,45% do CDI a.a.	106,45% CDI + 0,3% a.a.	02 de maio de 2011	Quirografária	277	-	12.651	12.928	440	-	12.651	13.091	
						<b>2.515</b>	<b>25.302</b>	<b>37.953</b>	<b>65.770</b>	<b>3.878</b>	<b>-</b>	<b>63.255</b>	<b>67.133</b>	
<b>RGE</b>														
<b>2ª Emissão</b>														
1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6% a.a.	IGP-M + 9,73% a.a.	1º de abril de 2011	Quirografária	206	-	3.315	3.521	257	241	3.315	3.813	
2ª Série	20.380	106,0% do CDI a.a.	106,0% CDI + 0,12% a.a.	1º de abril de 2009	Quirografária	-	-	-	-	893	25.783	-	26.676	
<b>3ª Emissão</b>														
1ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (2)	CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	94	-	12.651	12.745	140	-	12.651	12.791	
2ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (3)	CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	814	-	17.711	18.525	1.223	-	17.711	18.934	
3ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (4)	CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	189	-	5.060	5.249	290	-	5.060	5.350	
4ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (5)	CDI + 0,84% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	140	-	6.326	6.466	216	-	6.326	6.542	
5ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (5)	CDI + 0,84% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	140	-	6.326	6.466	216	-	6.326	6.542	
<b>4ª Emissão Série Única</b>	185.000	110,30% do CDI a.a.	110,30% CDI + 0,82% a.a.	1º de julho de 2011	Quirografária	1.108	-	23.253	24.361	-	-	-	-	
						<b>2.691</b>	<b>-</b>	<b>74.642</b>	<b>77.333</b>	<b>3.235</b>	<b>26.024</b>	<b>51.389</b>	<b>80.648</b>	
<b>CPFL Leste Paulista</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	2.400	111,90% do CDI a.a.	111,9% CDI + 0,65% a.a.	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	146	-	3.023	3.169	-	-	-	-	
<b>CPFL Sul Paulista</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	1.600	111,00% do CDI a.a.	111% CDI + 0,6% a.a.	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	98	-	2.016	2.112	-	-	-	-	
<b>CPFL Jaguari</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	1.000	111,90% do CDI a.a.	111,9% CDI + 0,79% a.a.	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	61	-	1.259	1.320	-	-	-	-	
<b>CPFL Brasil</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	16.500	111% do CDI a.a.	111% CDI + 0,57% a.a.	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	995	-	20.776	21.771	-	-	-	-	
<b>CPFL Geração</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	69.189	TJLP + 4 a 5% a.a.	TJLP a 5% a.a.	Semestral com quitação em junho de 2009	Aval da CPFL Energia, Recebíveis e ações da CPFL Geração	-	-	-	-	82	10.238	-	10.320	
<b>2ª Emissão Série Única</b>	425.250	109,8% do CDI a.a.	109,8% CDI + 0,58% a.a.	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	2.525	-	53.551	56.086	82	10.238	-	10.320	
						<b>2.525</b>	<b>-</b>	<b>53.551</b>	<b>56.086</b>	<b>82</b>	<b>10.238</b>	<b>-</b>	<b>10.320</b>	
<b>EPASA</b>														
<b>1ª Emissão Série Única</b>	450	112,6% do CDI a.a.	116,9% do CDI a.a.	1º de dezembro de 2010	Fiança CPFL Energia	443	28.904	-	29.347	-	-	-	-	
<b>BAESA</b>														
1ª Série	9.000	CDI + 0,3% a.a.	CDI + 0,43% a.a.	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança	39	400	2.302	2.741	67	400	2.702	3.169	
2ª Série	9.000	CDI + 0,4% a.a.	106% CDI + 0,12% a.a.	Anual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança	42	391	766	1.199	69	-	1.180	1.249	
						<b>81</b>	<b>791</b>	<b>3.068</b>	<b>3.940</b>	<b>136</b>	<b>400</b>	<b>3.882</b>	<b>4.418</b>	
						<b>12.813</b>	<b>63.132</b>	<b>348.050</b>	<b>423.995</b>	<b>12.918</b>	<b>73.385</b>	<b>256.422</b>	<b>342.725</b>	

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 104,4% do CDI                      (3) 104,85% do CDI                      (5) 104,87% do CDI  
(2) 105,07% do CDI                      (4) 104,9% do CDI

## **Remuneração**

As remunerações das debêntures serão pagas semestralmente, exceto por: (i) 1º série da controlada indireta BAESA que será paga trimestralmente, (ii) 1º emissão da controlada indireta CPFL Piratininga e 1º série da 2º emissão da controlada indireta RGE que será paga anualmente.

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2011	202.555
2012	62.521
2013	62.521
2014	19.508
Após 2014	<u>945</u>
<b>Total</b>	<b><u>348.050</u></b>

## **CONDIÇÕES RESTRITIVAS**

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da controlada direta CPFL Energia e de suas subsidiárias a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

### **CPFL Energia**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

### **CPFL Paulista**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

### **RGE**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

### **CPFL Geração**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,5;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

### **CPFL Brasil**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

### **CPFL Jaguari**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

### **CPFL Leste Paulista**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

## **CPFL Sul Paulista**

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

## **BAESA**

As debêntures de emissão da controlada indireta BAESA prevêem o vencimento antecipado quando o índice de endividamento total superar o limite de 75% dos seus ativos totais.

Diversas debêntures das controladas direta e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da controlada direta CPFL Energia ou na estrutura societária das suas subsidiárias que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da CPFL Energia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da CPFL Energia.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

No entendimento da Administração da CPFL Energia e de suas subsidiárias, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

## **18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

As controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, a controlada indireta RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, a controlada indireta CPFL Santa Cruz através da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada indireta CPFL Jaguariúna através da IHPREV Fundo de Pensão, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são (em valores proporcionais a participação da Bonaire):

### **I – CPFL Paulista**

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada indireta CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da CPFL Paulista.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
  - Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da CPFL Paulista, e

- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 64.351 (R\$ 88.898 em 2008). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## **II – CPFL Piratininga**

A controlada indireta CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada indireta), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar – “SPC”, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da CPFL Piratininga.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998). A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a CPFL Piratininga e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada indireta. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a CPFL Piratininga.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante), referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 19.031 (R\$ 23.215 em 2008). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

### **III – RGE**

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE.

### **IV – CPFL Santa Cruz**

O plano de benefícios da controlada indireta CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

### **V – CPFL Geração**

Atualmente, vigora para os funcionários da controlada indireta CPFL Geração um “Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado” e um “Plano de Benefícios Misto”, exatamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 260 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 1.295 (R\$ 1.801 em 2008). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00.

### **VI – CPFL Jaguariúna**

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

## VII – Movimentações dos planos de benefício definido

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008, de suas controladas indiretas, conforme laudo preparado por atuário externo, inclusive com premissas validadas pela Administração, seguem critérios da Deliberação CVM 371/00 e estão assim apresentados:

	2009				Consolidado
	CPFL	CPFL	RGE	CPFL	
	Paulista	Piratininga		Geração	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	374.738	96.239	23.103	8.122	502.202
Valor justo dos ativos do plano	(330.420)	(85.621)	(26.867)	(6.954)	(449.862)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	<b>44.318</b>	<b>10.618</b>	<b>(3.764)</b>	<b>1.168</b>	<b>52.340</b>
Ajustes por diferimentos permitidos					
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidas	160	2.370	1.455	(452)	3.533
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(7)	-	-	(7)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	<b>44.478</b>	<b>12.981</b>	<b>(2.309)</b>	<b>716</b>	<b>55.866</b>
Redução no Ativo Atuarial (*)	-	-	1.004	-	1.004
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<b>44.478</b>	<b>12.981</b>	<b>(1.305)</b>	<b>716</b>	<b>56.870</b>
2008					
	CPFL	CPFL	RGE	CPFL	Consolidado
	Paulista	Piratininga		Geração	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	388.021	97.994	22.104	8.362	516.481
Valor justo dos ativos do plano	(305.301)	(78.268)	(22.861)	(6.478)	(412.908)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	<b>82.720</b>	<b>19.726</b>	<b>(757)</b>	<b>1.884</b>	<b>103.573</b>
Ajustes por diferimentos permitidos					
Perdas atuariais não reconhecidas	(30.379)	(4.972)	(1.080)	(1.034)	(37.465)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(9)	-	-	(9)
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	<b>52.341</b>	<b>14.745</b>	<b>(1.837)</b>	<b>850</b>	<b>66.099</b>
Redução no Ativo Atuarial (*)	-	-	911	-	911
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<b>52.341</b>	<b>14.745</b>	<b>(926)</b>	<b>850</b>	<b>67.010</b>

(\*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidas em 31 de dezembro de 2009, não excedem 10% das obrigações ou dos ativos do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<b>2009</b>				
	<b>CPFL</b>	<b>CPFL</b>	<b>RGE</b>	<b>CPFL</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Paulista</b>	<b>Piratininga</b>		<b>Geração</b>	
Passivo atuarial líquido no início do exercício	52.340	14.746	(925)	849	67.010
Despesas / (Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	10	457	(38)	37	466
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(7.872)	(2.222)	(342)	(170)	(10.606)
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>44.478</b>	<b>12.981</b>	<b>(1.305)</b>	<b>716</b>	<b>56.870</b>
Outras Contribuições	1.688	31	817	35	2.571
<b>Total</b>	<b>46.166</b>	<b>13.012</b>	<b>(488)</b>	<b>751</b>	<b>59.441</b>
Circulante	3.910	1.224	391	102	5.628
Não Circulante	42.255	11.788	(879)	649	53.813
<b>Total</b>	<b>46.166</b>	<b>13.012</b>	<b>(488)</b>	<b>751</b>	<b>59.441</b>
	<b>2008</b>				
	<b>CPFL</b>	<b>CPFL</b>	<b>RGE</b>	<b>CPFL</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Paulista</b>	<b>Piratininga</b>		<b>Geração</b>	
Passivo atuarial líquido no início do exercício	67.550	18.234	(446)	1.222	86.560
Receitas reconhecidas na demonstração do resultado	(8.390)	(1.565)	(466)	(226)	(10.647)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(6.819)	(1.924)	(14)	(146)	(8.903)
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>52.341</b>	<b>14.745</b>	<b>(926)</b>	<b>850</b>	<b>67.010</b>
Outras Contribuições	1.577	38	1.226	19	2.860
<b>Total</b>	<b>53.918</b>	<b>14.783</b>	<b>300</b>	<b>869</b>	<b>69.870</b>
Circulante	4.043	1.138	300	97	5.578
Não Circulante	49.875	13.645	-	772	64.292
<b>Total</b>	<b>53.918</b>	<b>14.783</b>	<b>300</b>	<b>869</b>	<b>69.870</b>

A estimativa do atuário externo para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2010 e as receitas reconhecidas em 2009, são como segue:

	2010 Estimadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Custo do serviço	139	608	146	18	911
Juros sobre obrigações atuariais	36.999	9.556	2.321	803	49.679
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.086)	(11.785)	(3.000)	(971)	(61.842)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	1	-	-	1
Subtotal	<b>(8.948)</b>	<b>(1.620)</b>	<b>(533)</b>	<b>(150)</b>	<b>(11.251)</b>
Contribuições esperadas dos participantes	(5)	(159)	236	-	72
Subtotal	<b>(8.953)</b>	<b>(1.779)</b>	<b>(297)</b>	<b>(150)</b>	<b>(11.179)</b>
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	-	-	148	-	148
Total da Receita	<b>(8.953)</b>	<b>(1.779)</b>	<b>(149)</b>	<b>(150)</b>	<b>(11.031)</b>

	2009 Realizadas				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Custo do serviço	183	692	159	21	1.055
Juros sobre obrigações atuariais	38.334	9.739	2.230	826	51.129
Rendimento esperado dos ativos do plano	(38.503)	(9.811)	(2.326)	(818)	(51.458)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	1	-	-	1
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidas	-	-	-	8	8
Subtotal	<b>14</b>	<b>621</b>	<b>63</b>	<b>37</b>	<b>735</b>
Contribuições esperadas dos participantes	(4)	(164)	(139)	-	(307)
Subtotal	<b>10</b>	<b>457</b>	<b>(76)</b>	<b>37</b>	<b>428</b>
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	-	-	37	-	37
Total da Despesa/(Receita)	<b>10</b>	<b>457</b>	<b>(39)</b>	<b>37</b>	<b>465</b>

(\*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes, e portanto, reconhecido somente 50%.

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica “Custo de Operação”, no valor total de despesa de R\$ 465 (receita de R\$ 10.646 no mesmo período de 2008).

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	2010	2009	2010	2009
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a. a.	10,24% a. a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	11,28% a.a.	12,32% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a. a.	6,08% a. a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a. a.	0,0% a. a.	0,0% a. a.	0,0% a. a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a. a.	4,0% a. a.	4,0% a.a.	4,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-Média	Light-Média
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula	nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano		

(\*) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,36% a.a. e CPFL Piratininga 14,05% a.a.

(\*\*) CPFL Paulista e CPFL Geração 13,05% a.a. e CPFL Piratininga 12,84% a.a.

## 19. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2009	2008
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	449	421
Reserva Global de Reversão - RGR	1.249	943
Taxa de Fiscalização da ANEEL	243	257
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.188	6.097
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.841	4.181
<b>Total</b>	<b>7.970</b>	<b>11.899</b>

## 20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Imposto s/e Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	39.965	34.931	-	-
Programa de Integração Social – PIS	1.482	1.138	-	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	6.926	5.247	207	284
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.000	11.918	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.100	1.633	-	-
IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
Outros	3.514	2.728	-	-
<b>Total</b>	<b>61.987</b>	<b>57.595</b>	<b>207</b>	<b>284</b>

## 21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os saldos das provisões, na proporção de participação da Sociedade, se constituem como se segue:

	2009				2008			
	<u>Provisão para Contingência - Bruta</u>	<u>Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)</u>	<u>Provisão para Contingência - Líquida</u>	<u>Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)</u>	<u>Provisão para Contingência - Bruta</u>	<u>Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)</u>	<u>Provisão para Contingência - Líquida</u>	<u>Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)</u>
<b>Trabalhistas</b>								
Diversos	5.409	5.170	239	10.991	6.971	6.245	726	7.501
			-					
<b>Cíveis</b>								
Danos Pessoais	1.252	1.204	48	6.315	1.828	1.828	-	6.320
Majoração Tarifária	1.550	473	1.077	675	1.345	399	946	1.941
Energia Comprada	-	-	-	-	1.646	1.673	(27)	-
Outras	1.514	784	730	1.199	847	690	157	1.283
	4.316	2.461	1.855	8.189	5.666	4.590	1.076	9.544
<b>Fiscais</b>								
FINSOCIAL PIS e COFINS - Ampliação de Base	2.353	2.353	-	4.352	2.338	2.338	-	4.323
PIS e COFINS - JCP	110	91	19	38	161	90	71	38
Imposto de Renda	1.240	1.240	-	-	8.894	-	8.894	-
Outras	8.086	5.634	2.452	57.411	7.554	5.062	2.492	52.692
	986	721	265	1.821	1.011	652	359	1.805
	12.775	10.039	2.736	63.622	19.958	8.142	11.816	58.858
<b>Total</b>	<b>22.500</b>	<b>17.670</b>	<b>4.830</b>	<b>82.802</b>	<b>32.595</b>	<b>18.977</b>	<b>13.618</b>	<b>75.903</b>

A movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

						Consolidado
	Saldo em 31/12/2008	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2009
Trabalhistas	6.971	129	(467)	(1.225)	-	5.408
Cíveis	5.666	1.341	(84)	(2.608)	-	4.315
Fiscais	19.958	1.781	(187)	(9.456)	681	12.777
<b>Provisão para Contingências - Bruta</b>	<b>32.595</b>	<b>3.251</b>	<b>(738)</b>	<b>(13.289)</b>	<b>681</b>	<b>22.500</b>
<b>Depósitos Judiciais (1) + (2)</b>	<b>94.879</b>	<b>8.131</b>	<b>(2.171)</b>	<b>(6.079)</b>	<b>5.712</b>	<b>100.472</b>

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a controlada direta CPFL Energia e suas subsidiárias são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e das Administrações das empresas envolvidas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue (em valores proporcionais a participação da Bonaire):

- Trabalhista - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

- b) Danos Pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações. Tais processos incluem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c) Majoração Tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.
- d) Energia Comprada – Referia-se a discussão da redução na demanda de potência nos contratos iniciais, em que as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Piratininga impetraram ação judicial e efetuaram depósitos judiciais mensais dos valores em questão. Em março de 2009, CPFL Paulista e CPFL Piratininga firmaram acordo com Duke e CPCH (atual CPFL Geração) e foi determinado levantamento dos depósitos a favor daquelas geradoras extinguindo-se assim os processos.
- e) FINSOCIAL - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.
- f) PIS E COFINS - JCP - Em 2009 a controlada direta CPFL Energia discutia a incidência do PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre o capital próprio, desistiu da ação judicial e efetuou o pagamento dos valores questionados, utilizando-se do benefício previsto na Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), isto é, redução de multa, juros e encargos legais.
- g) Imposto de Renda - Na controlada indireta CPFL Piratininga, a provisão e o depósito de R\$ 5.633 (R\$ 5.061 em 2008) refere-se à liminar obtida visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.  
  
Na controlada indireta CPFL Paulista o depósito de R\$ 56.965 (R\$ 52.462 em 2008) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Imposto de Renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários, perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A CPFL Paulista, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB nº 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2000, a CPFL Paulista foi autuada pelas Autoridades Fiscais, relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em razão de decisão judicial que exigiu o depósito para permitir a continuidade das discussões, a CPFL Paulista efetuou o referido depósito judicial para garantia do juízo. Esta dedutibilidade gerou outras autuações e a CPFL Paulista com a finalidade de permitir a continuidade das discussões, ofereceu em garantia (fianças bancárias) o total de R\$ 35.494, atualizada na data base de 31 de dezembro de 2009 (R\$ 28.856 em 2008). Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, o risco de perda continua classificado como remoto.
- h) Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.
- i) Perdas possíveis - A controlada direta CPFL Energia e suas subsidiárias são parte em outros processos e riscos, nos quais sua Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos

tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2009 estavam assim representadas: (i) R\$ 37.295 trabalhistas (R\$ 29.131 em 31 de dezembro de 2008); (ii) R\$ 59.798 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 62.255 em 31 de dezembro de 2008); e (iii) R\$ 79.109 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 66.459 em 31 de dezembro de 2008).

A Administração da CPFL Energia e suas subsidiárias, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

## 22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Circulante</b>		<b>Não Circulante</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Consumidores e Concessionárias	6.449	6.394	-	-
Passivo Regulatório (nota 3)	31.223	31.430	244	173
Programa de Eficiência Energética - PEE	7.071	4.678	4.572	9.060
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.603	4.704	4.227	7.217
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	589	3.540	-	29
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	251	1.721	-	14
Fundo para Reversão	-	-	2.246	2.246
Adiantamentos	1.131	880	7.688	5.969
Juros sobre Empréstimo Compulsório	369	312	-	-
Provisão para Gastos Ambientais	314	801	332	69
Folha de Pagamento	1.020	1.073	-	-
Participação nos Lucros	4.103	2.916	-	-
Multa ANEEL TAC (DEC e FEC)	1.376	-	-	-
Outros	7.466	7.963	1.127	1.435
<b>Total</b>	<b>73.965</b>	<b>66.412</b>	<b>20.436</b>	<b>26.212</b>

Consumidores e Concessionárias – As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias, referem-se basicamente a transações relacionadas a cisão parcial da Bandeirante pela controlada indireta CPFL Piratininga.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - As controladas indiretas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos – O saldo de longo prazo é representado basicamente por aportes (AFAC) realizados exclusivamente pelos acionistas da controlada indireta EPASA no montante de R\$ 5.739 sendo que a controlada indireta CPFL Geração realizará futuramente os aportes

relativos à sua participação. Em 2008 o saldo de R\$ 4.780 representava os aportes realizados pelos acionistas da Chapecoense.

Juros sobre Empréstimo Compulsório - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

### **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878, ações ordinárias escriturais sem valor nominal.

#### Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício, a Sociedade efetuou o pagamento de R\$ 36.820 referente a deliberação de Juros sobre o Capital Próprio em Reunião do Conselho de Administração de 28 de novembro de 2008. Em relação aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2008, foram pagos, respectivamente à título de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio, os montantes de R\$ 12.947 e R\$ 27.800

#### Distribuição de Resultado do exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, está sendo proposto pela Administração da Sociedade, distribuição de dividendos no montante de R\$ 82.866, correspondente a R\$ 1,241834 por ação.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e os valores propostos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, é a seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	187.754	195.635
Reserva legal (5%)	<u>(9.388)</u>	<u>(9.782)</u>
Lucro líquido ajustado -Base de cálculo dos dividendos	<u>178.366</u>	<u>185.853</u>
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados	-	36.820
Dividendos Propostos	<u>82.866</u>	<u>76.666</u>
Total	<u>82.866</u>	<u>113.486</u>
Percentual da distribuição proposta em relação à base de cálculo dos dividendos	<u>46,46%</u>	<u>61,06%</u>

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado de 2009, no montante de R\$ 95.500 foi destinado a constituição de reserva de lucros para expansão (equivalente a 53,54% da base de cálculo de dividendos).

## 24. RECEITA OPERACIONAL

Receita de Operações com Energia Elétrica	Consolidado					
	Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Classe de Consumidores</b>						
Residencial	5.696	5.564	12.346	11.649	645.002	569.254
Industrial	77	78	14.970	16.066	522.147	518.274
Comercial	496	494	7.297	6.938	341.580	305.048
Rural	239	233	2.256	2.449	55.496	55.503
Poderes Públicos	44	42	1.074	1.027	47.661	42.933
Iluminação Pública	8	7	1.408	1.355	37.126	33.802
Serviço Público	7	7	1.664	1.634	58.502	53.170
Fornecimento Faturado	6.567	6.425	41.015	41.118	1.707.514	1.577.984
Consumo Próprio Fornecimento Não Faturado (Líquido)	1	1	33	32		
Encargos Emergenciais - ECE/EAAE	-	-	-	-	5.467	(8.373)
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)	-	-	-	-	(1)	-
Reclassificação para a Atividade de Distribuição	-	-	-	-	(10.194)	(14.220)
<b>Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>6.568</b>	<b>6.426</b>	<b>41.048</b>	<b>41.150</b>	<b>940.472</b>	<b>846.569</b>
Fornas Centrais Elétricas S.A.			3.026	3.034	44.728	40.847
Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas Energia Elétrica de Curto Prazo			7.016	5.073	95.763	70.165
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>			<b>2.883</b>	<b>1.440</b>	<b>11.205</b>	<b>8.962</b>
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>			<b>12.925</b>	<b>9.547</b>	<b>151.696</b>	<b>119.974</b>
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo					762.313	708.822
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD					99.862	108.560
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3) - Baixa Renda					3.247	7.963
Outras Receitas e Rendas					27.749	26.302
<b>Outras Receitas Operacionais</b>					<b>893.171</b>	<b>851.647</b>
<b>Total</b>					<b>1.985.339</b>	<b>1.818.190</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em 2008 foi registrado em Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD, R\$ 13.871 relacionado ao acordo do repasse da CUSDG junto a AES Tietê, conforme mencionado na nota 5.

Em consonância com o Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, da ANEEL, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, as controladas efetuaram a reclassificação de parte dos valores relacionados às receitas da rubrica “Fornecimento de Energia Elétrica” – atividade de Comercialização para “Outras Receitas Operacionais” – atividade de Distribuição, sob o título de “Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo”.

## 25. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008
<b>Energia Comprada para Revenda</b>				
<b>Energia Comprada no Ambiente Regulador - ACR</b>				
Itaipu Binacional	11.084	11.085	146.411	123.554
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.649	1.261	18.683	12.398
CESP - Cia Energética de São Paulo	1.808	1.711	21.739	17.384
Cia de Geração Térmica Energia Elétrica - CGTEE	226	302	2.864	3.560
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema S.A.	82	219	866	2.015
Tractebel Energia S.A.	7.002	7.128	125.145	119.155
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.721	1.718	26.629	24.543
CHESF - Cia Hidro Elétrica do São Francisco	1.318	1.255	14.314	12.553
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	1.706	723	28.162	9.785
TermoRio S.A.	248	341	9.524	8.739
Enguia Gen	6	79	843	5.427
AES Uruguiana Ltda.	149	1.243	6.177	14.256
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.004	2.820	7.179	31.209
Copel Geração S.A.	713	343	8.745	3.357
COOMEX Empresa Operadora Mercado Energético Ltda.	284	-	5.207	-
Companhia Energética Santa Clara - CESC	132	132	2.300	2.119
Queiroz Galvão Energética S.A.	280	280	4.981	4.587
PROINFA	958	629	21.470	11.236
Outros	3.988	1.879	60.492	36.811
	<b>36.358</b>	<b>33.148</b>	<b>511.731</b>	<b>442.688</b>
<b>Energia Comprada no Ambiente Contratação Livre ACL</b>				
	16.180	16.183	184.078	189.464
	<b>52.538</b>	<b>49.331</b>	<b>695.809</b>	<b>632.152</b>
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)	-	-	48.188	30.273
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(65.958)	(59.766)
<b>Subtotal</b>	<b>52.538</b>	<b>49.331</b>	<b>678.039</b>	<b>602.659</b>
<b>Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</b>				
Encargos da Rede Básica			115.476	106.310
Encargos de Transporte de Itaipu			10.134	9.353
Encargos de Conexão			6.157	6.673
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição			3.246	3.127
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			10.213	21.041
Encargos de Energia de Reserva			407	-
			<b>145.633</b>	<b>146.504</b>
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)			17.761	(21.040)
Crédito de PIS e COFINS			(15.194)	(11.125)
<b>Subtotal</b>			<b>148.200</b>	<b>114.339</b>
<b>Total</b>			<b>826.239</b>	<b>716.998</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em 2008 foi registrado em Encargos da Rede Básica, R\$ 12.447 referente ao acordo da cobrança do uso da Rede Elétrica da CTEEP conforme citado na nota 5.

Em conformidade com o Despacho nº 4.722/2009 da ANEEL, as controladas efetuaram a reclassificação dos valores relacionados à quota do PROINFA, referentes aos valores faturados aos consumidores livres e autoprodutores, da rubrica “Custo do Serviço de Energia Elétrica, Energia Comprada para Revenda” para “Deduções da Receita Operacional, Encargos do

Consumidor – Outros - PROINFA”, sendo R\$ 4.539 e R\$ 3.029, relativos aos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente.

## 26. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b><u>Despesas com Vendas</u></b>				
Pessoal	-	-	8.761	8.480
Material	-	-	541	369
Serviços de Terceiros	-	-	9.191	8.837
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	4.586	4.628
Depreciação e Amortização	-	-	1.385	1.402
Taxa de Arrecadação	-	-	6.372	6.133
Outros	-	-	1.438	1.331
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.274</b>	<b>31.180</b>
<b><u>Despesas Gerais e Administrativas</u></b>				
Pessoal	-	-	18.211	18.066
Material	-	-	968	914
Serviços de Terceiros	936	809	19.529	20.237
Arrendamento e Aluguéis	-	-	616	719
Depreciação e Amortização	-	-	2.970	2.784
Publicidade e Propaganda	371	202	1.379	901
Legais, Judiciais e Indenizações	13	-	3.202	2.495
Doações, Contribuições e Subvenções	-	66	757	840
Outros	35	45	2.314	2.894
<b>Total</b>	<b>1.355</b>	<b>1.122</b>	<b>49.946</b>	<b>49.850</b>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>				
Taxa de Fiscalização	-	-	2.886	3.138
Perda na Alienação, Desativação e outros de Ativos não Circulante	-	-	2.032	1.554
Perda pelo Não Aproveitamento de Estudos e Projetos	-	-	-	1.843
Ajuste de Energia Livre (nota 3 a.2)	-	-	2.452	-
Outros	-	-	51	170
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.421</b>	<b>6.705</b>
Amortização de Intangível de Concessão	-	-	23.645	24.294
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>1.355</b>	<b>1.122</b>	<b>113.286</b>	<b>112.029</b>

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>Receitas</b>				
Rendas de Aplicações Financeiras	24.298	34.513	34.793	51.557
Acréscimos e Multas Moratórias	-	-	15.777	14.207
Atualização de Créditos Fiscais	-	-	488	812
Atualização de Depósitos Judiciais	-	-	5.712	6.503
Atualizações Monetárias e Cambiais	1.485	856	3.184	8.706
Remuneração CVA e Parcela "A" (nota 3)	-	-	5.615	5.784
Deságio na Aquisição de Crédito de ICMS	-	-	987	1.451
Remuneração da RTE	-	-	19	76
PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(2.337)	(2.294)
Outros	-	-	9.238	7.082
<b>Subtotal</b>	<b>25.783</b>	<b>35.369</b>	<b>73.477</b>	<b>93.884</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25.783</b>	<b>35.369</b>	<b>73.477</b>	<b>93.884</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de Dívidas	-	-	(67.774)	(75.087)
Atualizações Monetárias e Cambiais	-	-	(11.196)	(30.221)
Outros	-	-	(8.692)	(5.623)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(87.662)</b>	<b>(110.931)</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	(27.800)	(36.820)	(27.909)	(36.820)
<b>Total</b>	<b>(27.800)</b>	<b>(36.820)</b>	<b>(115.571)</b>	<b>(147.751)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(2.017)</b>	<b>(1.451)</b>	<b>(42.095)</b>	<b>(53.867)</b>

## 28. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a controlada direta CPFL Energia e suas subsidiárias implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2009 foi, em valores proporcionais à participação da Bonaire, de R\$ 4.770 (R\$ 4.381 em 2008). Após a antecipação paga no exercício de 2009, o saldo remanescente provisionado, em valores proporcionais à participação da Bonaire, é de R\$ 4.103 (nota 22).

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	<u>Distribuição</u>	<u>Gerção</u>	<u>Comercialização</u>	<u>Outros (*)</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u>
<b>2009</b>						
Vendas	1.764.731	52.695	167.912	1	-	1.985.339
(-) Vendas entre sociedades parceiras	7.960	71.428	88.429	-	(167.817)	-
Resultado do Serviço	160.541	83.496	37.009	(3.913)	-	277.133
Lucro antes dos impostos	144.099	62.043	38.120	(8.649)	-	235.613
Lucro Líquido	94.144	43.341	26.494	23.775	-	187.754
Total do Ativo (**)	1.194.739	627.495	52.833	559.144	-	2.434.211
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	94.418	72.094	1.336	32	-	167.880
Depreciação e Amortização	59.750	12.493	501	15	-	72.759
						-
<b>2008</b>						
Vendas	1.616.633	48.789	152.768	-	-	1.818.190
(-) Vendas entre sociedades parceiras	6.554	69.115	111.626	-	(187.295)	-
Resultado do Serviço	192.949	69.199	38.202	(5.941)	-	294.409
Lucro antes dos impostos	176.554	40.676	39.752	(16.440)	-	240.542
Lucro Líquido	115.993	30.607	27.516	21.519	-	195.635
Total do Ativo (**)	1.244.800	570.251	49.031	394.571	-	2.259.053
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	84.019	63.471	1.427	39	-	148.956
Depreciação e Amortização	59.945	11.136	375	13	-	71.469

(\*) Outros - Refere-se basicamente a Bonaire a a controlada indireta CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(\*\*) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

## 30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade tem como acionista o Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações, sendo este controlado por fundos de pensão (quotistas), nas seguintes proporções :

<u>Quotistas</u>	<u>%</u>
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Sociedade. Foram consideradas como tendo influência significativa, aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 30.1 e 30.2.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

### a) Saldo Bancário e Aplicação Financeira

Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 4.

**b) Empréstimos, Debêntures e Derivativos**

Corresponde a captação de recursos conforme descrito nas notas 16, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época.

**c) Outras Operações Financeiras**

Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Adicionalmente, a controlada direta CPFL Energia possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo BB DTVM, o qual cobra taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas indiretas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.

**d) Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços**

Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.

**e) Venda de Energia no Mercado Livre**

Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela controlada direta CPFL Energia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da CPFL Energia.

**f) Suprimento de energia no mercado livre**

Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela controlada direta CPFL Energia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da controlada direta CPFL Energia.

**g) Outras Receitas**

Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas indiretas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas indiretas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 18.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controlada direta CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A CPFL Energia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas subsidiárias, conforme descrito nas notas 16 e 17.

A remuneração total do pessoal-chave da administração da CPFL Energia em 2008, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi, proporcional a participação da Bonaire, de R\$ 2.250. Este valor é composto por R\$ 1.956 referente a benefícios de curto prazo e R\$ 294 de Outros Benefícios de Longo Prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. Na Sociedade, não há remuneração dos administradores.

30.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Venda de Energia - Mercado Livre</b>								
Vale S.A.						130		
<b>Suprimento de Energia - Mercado Livre</b>								
Vale S.A.							1.138	59
Vale Energia S.A.			171				3.367	
<b>Materiais e Prestação de Serviço</b>								
Brasil Telecom S.A.				7			105	138
<b>Outras receitas</b>								
Brasil Telecom S.A.	113				1.239	1.328		

30.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas indiretas:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Alocação de Despesas entre Empresas</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz			19	18			182	215
Companhia Piratininga de Força e Luz			3	3			28	48
CPFL Comercialização Brasil S.A.			2	2		4	23	29
CPFL Geração de Energia S.A.							(4)	
<b>Arrendamento e Aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz			1				10	10
<b>Mútuo</b>								
Centrais Elétricas da Paraíba					21			
CPFL Atende	789	132			59	2		
CPFL Bioenergia S.A.	1.825				49			
CPFL Serv Equip Ind e Com S.A.	206				2			
<b>Dividendos / Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	82.866	76.667			27.800	36.820		
<b>AFAC</b>								
CPFL Jaguariuna S.A.								
Perácio Participações S.A.	18	51.782						
<b>Outros</b>								
Perácio Participações S.A.		536						

### 31. SEGUROS

As controladas em conjunto mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros, em valores proporcionais a participação da Bonaire, são:

	Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativo Imobilizado	497.926	667.888
Transporte	12.778	9.564
Material Estocado	3.489	3.521
Automóveis	270	1.412
Responsabilidade Civil	2.530	27.886
Pessoas	9.693	16.157
Outros	<u>15.819</u>	<u>70.767</u>
Total	<u>542.505</u>	<u>797.195</u>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Os valores de 2009 e 2008 incluem as coberturas de riscos referentes à participação da controlada direta CPFL Energia nos projetos de geração.

### 32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

#### Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e, (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

i. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A controlada em conjunto CPFL Energia e suas subsidiárias têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5), (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 12.1c) e, (iii) outros créditos (nota 11).

ii. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas afim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade e suas controladas direta e indiretas têm classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

iii. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade e suas controladas direta e indiretas tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas direta e indiretas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: (i) título recebível com a CESP (nota 6) e, (ii) créditos a receber da controlada indireta CPFL Paulista junto a CESP (nota 11).

iv. Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Sociedade e suas controladas direta e indiretas não possuem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e, (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

i. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas afim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Sociedade e suas controladas direta e indiretas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 16) e, (ii) derivativos.

ii. Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente ao método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 16), (iii) encargos de dívidas (nota 16); (iv) encargos de debêntures (nota 17); (iv) debêntures (nota 17) e (v) outras contas a pagar (nota 22).

### Considerações sobre Riscos

Os negócios da controlada direta CPFL Energia e das controladas indiretas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à CPFL Energia e suas subsidiárias trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente as suas controladas indiretas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da CPFL Energia e das controladas indiretas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a CPFL Energia e as controladas indiretas têm como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há operações de swap visando a proteção a alterações das taxas de juros. Adicionalmente as controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

**Risco de Crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à Escassez de Energia:** A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2009, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia para o ano de 2010 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia.

**Risco de Aceleração de Dívidas:** A controlada direta CPFL Energia e as controladas indiretas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### Gerenciamento de riscos dos Instrumentos Financeiros

A controlada direta CPFL Energia e as controladas indiretas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a CPFL Energia e as controladas indiretas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o VaR - *Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais as controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade e controladas suportados, por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a CPFL Energia e as controladas indiretas tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a CPFL Energia e as controladas indiretas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, as controladas atendem aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

#### Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curva de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, Bovespa e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a CPFL Energia e as controladas indiretas possuem outros **passivos financeiros não mensurados ao valor justo**, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado, nas datas base de 31 de dezembro de 2009 e de 2008, são como segue:

	Consolidado			
	2009		2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	405.632	374.261	372.750	347.963
Debêntures (nota 17)	423.996	429.131	342.723	346.109
Total	829.628	803.392	715.473	694.072

Quanto ao investimento da Sociedade na CPFL Energia, registrado pela equivalência patrimonial, quando comparado aos valores de mercado em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é como segue:

	Valor Patrimonial	Valor de Mercado (a)
Ação da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2009 – R\$	10,59	35,31
31 de dezembro de 2008 – R\$	10,46	30,32

- (a) Valor da cotação média da ação da controlada direta CPFL Energia, em referidas datas, de acordo com a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA).

### Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a controlada direta CPFL Energia e as controladas indiretas possuem por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A CPFL Energia e as controladas indiretas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela CPFL Energia e as controladas indiretas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, as respectivas dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a CPFL Energia e as controladas indiretas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Energia e as controladas indiretas detinham operações de *swap*:

2009	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Estratégia / Empresa / Contrapartes	Ativo	(Passivo)	Valores de mercado, líquidos					
<b><u>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:</u></b>									
<b>Hedge variação cambial:</b>									
<b>CPFL Paulista</b>									
ABN	-	(1.044)	(1.044)	(146)	(898)	yen	01/2012	47.692	Balcão
Banco do Brasil	-	471	471	590	(119)	yen	01/2011	10.053	Balcão
	-	-	-	-	-				
<b>CPFL Geração</b>									
Banco do Brasil	991	(828)	163	719	(555)	yen	04/2010 a 01/2011	61.580	Balcão
<b>Subtotal</b>	<b>991</b>	<b>(1.401)</b>	<b>(410)</b>	<b>1.163</b>	<b>(1.572)</b>				
<b><u>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo</u></b>									
<b>Hedge variação cambial:</b>									
<b>CPFL Paulista</b>									
HSBC	-	(19)	(19)	(23)	4	dólar	04/2010	2.843	Balcão
Santander	-	1	1	-	1	dólar	04/2010	1.094	Balcão
<b>CPFL Geração</b>									
Bradesco	-	-	-	-	-	dólar	03/2010	8.166	Balcão
Santander	-	(56)	(56)	(65)	9	dólar	03/2010	140	Balcão
Itau BBA	-	(1)	(1)	(1)	-	dólar	01/2010 a 02/2010	283	Balcão
	-	(2)	(2)	(2)	-				
<b>Hedge variação de taxa de juros <sup>(1)</sup></b>									
<b>CPFL Energia</b>									
Citibank	32	(134)	(102)	16	(118)	CDI + spread	03/2010 a 09/2014	56.929	Balcão
<b>RGE</b>									
Santander	61	(7)	54	21	33	CDI	01/2010 a 12/2013	35.423	Balcão
Citibank	14	(6)	8	2	4	CDI	06/2010 a 12/2013	12.651	Balcão
	-	-	-	-	-				
<b>Hedge variação de taxa de juros <sup>(2)</sup></b>									
<b>CPFL Geração</b>									
Unibanco	-	6	6	(4)	10	IGP-M	06/2010	3.251	Balcão
Santander	-	6	6	(4)	10	IGP-M	06/2010	3.251	Balcão
HSBC	-	6	6	(4)	10	IGP-M	06/2010	3.251	Balcão
<b>Subtotal</b>	<b>107</b>	<b>(206)</b>	<b>(99)</b>	<b>(64)</b>	<b>(37)</b>				
<b>Total</b>	<b>1.098</b>	<b>(1.607)</b>	<b>(509)</b>	<b>1.099</b>	<b>(1.609)</b>				
Circulante	101	(887)							
Não circulante	997	(720)							
<b>Total</b>	<b>1.098</b>	<b>(1.607)</b>							

\* Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17

<sup>(1)</sup> Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

<sup>(2)</sup> Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstrados acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela CPFL Energia e as controladas indiretas por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de *hedge* atrelados (nota 16).

A CPFL Energia e as controladas indiretas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 2009 e 2008, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	Receita (Despesa)	
			2009	2008
CPFL Energia	Varição cambial	Despesa financeira - Operações de swap	-	133
CPFL Energia	Varição de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	17	(52)
CPFL Energia	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	29	65
CPFL Paulista	Varição cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(29.153)	27.228
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	6.301	(6.714)
CPFL Piratininga	Varição cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(28)	1.699
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	(16)	16
CPFL Geração	Varição cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(34.708)	35.098
CPFL Geração	Varição de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	(165)	48
CPFL Geração	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a fair value	1.411	(1.405)
RGE	Varição cambial	Despesa financeira - Outras desp financeira	(1.486)	2.044
RGE	Varição de taxas de juros	Despesa financeira - Outras desp financeira	65	38
RGE	Marcação a mercado	Despesa financeira - derivativos ajustes fair value	27	32
			<b>(57.706)</b>	<b>58.230</b>

#### Outras exposições cambiais

Cabe ressaltar que a controlada indireta ENERCAN não possui *swaps*, para proteção cambial, correspondentes a dívida, em valores proporcionais a participação da Sociedade, de R\$ 9.342 junto ao BID e BNDES pelo fato de um percentual de seus reajustes tarifários contemplar a variação cambial do período tarifário. Embora exista o *hedge* natural para a exposição, o efeito da variação cambial destas dívidas gerou, no ano, uma perda de R\$ 3.333 (perda de R\$ 4.120).

A controlada indireta CPFL Paulista possui um endividamento total em moeda estrangeira, em valores proporcionais a participação da Bonaire, de R\$ 68.078. Para se proteger da exposição cambial, contratou instrumentos derivativos de proteção diretamente atrelados ao endividamento no montante de R\$ 61.631. Para minimizar a exposição cambial, a controlada contratou ainda um instrumento derivativo não vinculado no montante de R\$ 3.954, além de possuir ativos indexados em dólares (crédito a receber da CESP e fundo vinculado à empréstimos ME – nota 11) em montante suficiente para anular um eventual impacto cambial.

#### Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a CPFL Energia e as controladas indiretas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de dezembro de 2009 fosse mantida, a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

<b>Consolidado</b>					
<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Depreciação cambial de 9%*</b>	<b>Depreciação cambial de 25%**</b>	<b>Depreciação cambial de 50%**</b>
Instrumentos financeiros ativos	3.551	alta dólar	306	888	1.776
Instrumentos financeiros passivos	(24.366)	alta dólar	(2.102)	(6.092)	(12.184)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	12.736	alta dólar	1.099	3.184	6.368
	<b>(8.079)</b>		<b>(697)</b>	<b>(2.020)</b>	<b>(4.040)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(138.541)	alta yen	(11.951)	(34.635)	(69.270)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	138.541	alta yen	11.951	34.635	69.270
	<b>(8.079)</b>		<b>(697)</b>	<b>(2.020)</b>	<b>(4.040)</b>

(\*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08

b) Variação das taxas de juros

Supondo (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2009 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulado para esta data base permaneçam estáveis (CDI – 9,88% a.a.; IGP-M – 1,72% a.a.; TJLP – 6,13% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R\$ 60.861 (proporcional a participação da Bonaire). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		
			Cenário I*	Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	253.938	variação CDI	1.219	6.272	12.545
Instrumentos financeiros passivos	(514.771)	variação CDI	(2.471)	(12.715)	(25.430)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	(154.756)	variação CDI	(743)	(3.822)	(7.645)
	<b>(415.589)</b>		<b>(1.995)</b>	<b>(10.265)</b>	<b>(20.530)</b>
Instrumentos financeiros ativos	12.832	variação IGP-M	829	55	110
Instrumentos financeiros passivos	(14.365)	variação IGP-M	(928)	(62)	(123)
Derivativo - Swap Plain Vanilla	2.969	variação IGP-M	192	13	26
	<b>1.436</b>		<b>93</b>	<b>6</b>	<b>13</b>
Instrumentos financeiros passivos	(319.880)	variação TJLP	416	(4.901)	(9.808)
Instrumentos financeiros passivos	(3.828)	Juros Pré Fixados	(172)	(172)	(172)
Total de aumento	<b>(737.861)</b>		<b>(1.658)</b>	<b>(15.332)</b>	<b>(30.497)</b>

(\*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 10,36%, 4,74% e 6,00%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado

(\*\*) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

### 33. FATOS RELEVANTES

Em 28 de dezembro de 2009, a controlada indireta EPASA assinou um contrato de financiamento de longo prazo junto ao Banco do Nordeste S.A. (“BNB”) no montante estimado de R\$ 27 milhões (valores proporcionais a participação da Bonaire), que será destinado para a aquisição de equipamentos importados relacionados projeto de construção da UTE Termoparaíba e UTE Termonordeste, com previsão de liberação da primeira parcela no 1º semestre de 2010. As principais condições deste empréstimo são: (i) prazo de pagamento de 14 anos (com 3 anos de carência); (ii) juros de 10% a.a., com desconto de 15% referente a comissão de adimplemento, ou seja, podendo atingir 8,5% a.a.; e (iii) durante o prazo de carência os juros calculados serão capitalizados e será pago mensalmente juntamente com o principal após o termino da carência.

## 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 34.1 Reajuste tarifário

A ANEEL, através de Resoluções Homologatórias datadas de 27 de janeiro de 2009, estabeleceu os reajustes tarifários anuais a serem aplicados às tarifas de energia elétrica das controladas indiretas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista
<b>Receita Verificada</b>	<b>28.014</b>	<b>11.213</b>	<b>7.112</b>	<b>11.567</b>	<b>12.790</b>
Encargos Setoriais	3.927	2.328	967	1.498	2.107
Compra de Energia Elétrica	11.841	5.240	2.925	1.484	5.204
Transporte de Energia	3.182	1.634	931	3.515	1.852
<b>Parcela A</b>	<b>18.950</b>	<b>9.202</b>	<b>4.823</b>	<b>6.497</b>	<b>9.163</b>
<b>Parcela B</b>	<b>9.595</b>	<b>2.661</b>	<b>2.584</b>	<b>4.339</b>	<b>4.178</b>
<b>Receita Requerida (Parc. A + B)</b>	<b>28.545</b>	<b>11.863</b>	<b>7.407</b>	<b>10.836</b>	<b>13.341</b>
(-) Outras Receitas	-	-	-	-	-
<b>Receita Requerida Líquida</b>	<b>28.545</b>	<b>11.863</b>	<b>7.407</b>	<b>10.836</b>	<b>13.341</b>
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>2.339</b>	<b>(78)</b>	<b>(13)</b>	<b>(746)</b>	<b>181</b>
CVA	(234)	(38)	(19)	(321)	15
Sobrecontratação	(201)	(53)	(35)	(116)	(44)
Adiantamentos	2.974	16	47	155	208
Subsídio de Baixa Renda	314	11	33	30	35
Descontos TUSD e Irrigação	(40)	-	(13)	(15)	69
Encargos de Conexão e Fronteira/CUSD	(20)	15	(6)	(22)	(14)
Recálculo Revisão Tarifária 2008	(3)	(31)	(14)	(16)	17
Exposição CCEAR	(35)	-	-	-	-
Outros	(416)	2	(6)	(441)	(105)
Reajuste Econômico	1,90%	5,81%	4,15%	-6,32%	4,30%
Componentes Financeiros	8,19%	-0,65%	-0,17%	-6,89%	1,36%
<b>Reajuste Total</b>	<b>10,09%</b>	<b>5,16%</b>	<b>3,98%</b>	<b>-13,21%</b>	<b>5,66%</b>
<b>Fator X</b>	<b>-2,15%</b>	<b>-0,34%</b>	<b>-2,33%</b>	<b>-1,12%</b>	<b>-1,30%</b>
<b>Percepção do Consumidor (*)</b>	<b>-2,53%</b>	<b>3,67%</b>	<b>3,24%</b>	<b>-8,47%</b>	<b>4,94%</b>
<b>Resolução Homologatória - ANEEL</b>	935/2010	937/2010	936/2010	939/2010	933/2010
<b>Data do Reajuste Tarifário</b>	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009

### 34.2 CERAN – Venda de Créditos de Carbono

Em 14 de janeiro de 2010 a controlada indireta Ceran e a Electrabel NV/S.A., uma holding do grupo GDF SUEZ, assinaram um contrato de compra e venda de Reduções Certificadas de Emissão (RCEs). A operação cobre o total de até 900 mil RCEs de CO<sup>2</sup> a serem gerados até o final de 2012 pela UHE 14 de Julho e, serão contabilizados no período de 2010 a 2013, conforme comprovações anuais das reduções previstas contratualmente. O valor da transação é de aproximadamente R\$ 3 milhões (valores proporcionais a participação da Bonaire).

### 34.3 Aditivos aos Contratos de Concessão das Distribuidoras de Energia Elétrica

Em 2 de fevereiro de 2010, em Reunião Pública Ordinária, a ANEEL aprovou proposta para o termo aditivo aos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica. Este termo aditivo altera a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, retirando de sua base de cálculo o efeito da variação de mercado sobre os Encargos Setoriais quando do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT.

Atualmente, a administração da CPFL Energia e suas controladas de distribuição analisam o referido termo aditivo que será posteriormente submetido à deliberação pelos respectivos Conselhos de Administração.

Apesar do termo aditivo ainda não ter sido aprovado, esta nova metodologia foi aplicada para os reajustes tarifários que ocorreram em fevereiro de 2010, estabelecidos em caráter preliminar, para as controladas indiretas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista. As demais controladas de distribuição serão afetadas no momento de cada reajuste tarifário.

\* \* \*